

**GILMARA SILVA SOUZA**

**A Juventude Quilombola de Santo Isidoro e os deslocamentos  
de uma pedagoga/pesquisadora negra em formação**

BELO HORIZONTE  
2014

**GILMARA SILVA SOUZA**

**A Juventude Quilombola de Santo Isidoro e os deslocamentos  
de uma pedagoga/pesquisadora negra em formação**

Monografia apresentada ao Colegiado de  
Pedagogia, da Faculdade de Educação da  
Faculdade de Educação - Universidade  
Federal de Minas Gerais, sob orientação da  
Profa. Shirley Aparecida Miranda.

BELO HORIZONTE  
2014

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda – FaE/UFMG

---

Profa. Dra. Licínia Maria Corrêa – FaE/UFMG

*À minha família*

## MINHA GRATIDÃO

À todas as energias, orixás, santas e guias que me confortaram em calma, me auxiliando e enegrecendo meus caminhos.

À minha mãe Rosângela, meu pai Gilmar e minha irmã Amanda por me ensinarem a amar, a querer um mundo melhor e mais digno para todas as pessoas e pela altivez negra ancestral que acompanha nossa família.

Ao Rafael, o companheiro que meu coração escolheu, por todas as reflexões e aprendizados compartilhados.

À Shirley por toda gentileza ao mediar meus estudos e elaborações *originais* deste trabalho; pelo carinho e confiança em mim investidos desde o primeiro dia. Sinto-me honrada e muito alegre por ser sua orientanda.

Às pessoas amigas e companheiras de luta e reflexão por uma educação mais criativa, politizada e não preconceituosa. Gostaria de nomeá-las, mas não é possível. Para representar esse coletivo cito: Luciana, Nayara, Bárbara, Gabriela, Ridalvo, Kelly, Lisa, Luísa, Layla.

À companheira de pesquisas e viagens Tatiane pelas dicas, pela presença e resistência cotidiana. A todas as/os bolsistas e professoras/es do Programa Ações Afirmativas na UFMG, do Observatório da Juventude e ao Prof. José Eustáquio (Taquinho) pelos cuidados ao me acolher nos grupos de estudo e pesquisa; pela fibra em combater todos os dias o racismo, com a certeza do poder transformador da educação.

Ao Prof. José Moreira de Souza pela generosidade em me acolher como sua aprendiz pelos caminhos da cultura popular mineira, brasileira, deste ou de qualquer outro século.

Às professoras e professores que conheci e trabalhei durante a graduação, em especial à Libéria Neves por cultivar em mim o orgulho e a vontade de ser pedagoga *nesse momento tão bonito e complexo da escola: a entrada das diversidades e suas especificidades*. Ao Juarez Dayrell pelo carinho, pelos ensinamentos e contribuições que frutificaram em dois trabalhos acadêmicos de muita importância para minha trajetória.

A todas e todos colegas dos grupos de pesquisa que atuei como bolsista de Iniciação Científica. Às funcionárias e funcionários da Faculdade de Educação pelo carinho e auxílios por esse caminho.

A toda comunidade quilombola de Santo Isidoro por resistirem às dificuldades cotidianas com tanta sabedoria. Agradeço pela acolhida tão generosa desde o primeiro encontro.

Às e aos jovens da vila que muito me ensinaram e me fortaleceram para seguir nos estudos sobre relações étnico-raciais e quilombolas. Foi com a fé e com sonho de ver a vila prosperar que Mestre Adão empenhou sua vida para garantir melhorias para sua comunidade. O mesmo sonho ainda se mantém cultivado em todas as pessoas de lá. Embora alguns não saibam como ou por onde seguir. Outros já visualizem suas possibilidades e desafios para conquistar condições mais dignas e prazerosas de viver, estudar e contribuir com a vila. Este trabalho foi construído para dar visibilidade aos sonhos e aos feitos da comunidade quilombola de Santo Isidoro.

*Se oriente rapaz  
Pela constelação do Cruzeiro do Sul  
Se oriente rapaz  
Pela constatação de que a aranha  
Vive do que tece  
Vê se não se esquece  
Pela simples razão de que tudo merece  
Consideração*

*Considere rapaz  
A possibilidade de ir pro Japão  
Num cargueiro do Lloyd lavando o porão  
Pela curiosidade de ver  
Onde o sol se esconde  
Vê se compreende  
Pela simples razão de que tudo depende  
De determinação*

*Determine rapaz  
Onde vai ser seu curso de pós-graduação  
Se oriente rapaz  
Pela rotação da Terra em torno do Sol  
Sorridente, rapaz  
Pela continuidade do sonho de Adão*

*Oriente – Gilberto Gil*

## ***RESUMO***

Nesse trabalho apresento minhas descobertas e reflexões, enquanto uma pedagoga-pesquisadora negra em formação a partir de estudos e conversas com jovens da comunidade quilombola Santo Isidoro (Berilo – MG). O objetivo dessa pesquisa foi de conhecer a juventude quilombola dessa comunidade, questionando as/os próprias/os jovens quanto a sua identidade quilombola, as relações de trabalho que possuem intra e extra quilombo e seus projetos de vida. Verificando o que a educação quilombola tem a ver com tudo isso lanço perguntas sobre o papel e a influencia da escola sobre essas questões. Para tanto realizei uma entrevista coletiva. A metodologia que *ensaio* aqui tanto cria quanto reproduz as relações que vi no quilombo: cuidado e reverberação. Dentre algumas considerações destaco que a luta dos movimentos sociais em favor da questão quilombola não exige apenas a inclusão de uma modalidade educacional específica. Eles nos colocam – escola, universidade e poder público – um novo discurso, no qual buscam desconstruir o imaginário preconceituoso e simplista que lhes são atribuídos. Por isso demandam políticas específicas e na intenção de suplantar as condições precárias que perpassam diversos âmbitos da do contexto educacional, econômico e social dessas populações. Nesse sentido, faz-se necessário atentar-se para as dificuldades que as/os jovens possuem para estabelecerem seus projetos vida.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola; Juventude Quilombola; Projetos de Vida.



## **LISTA DE FIGURAS**

<i>Figura 1: Localização do Tear (Foto: Gilmara Souza)</i> .....	14
<i>Figura 2: Panorâmica Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)</i> .....	15
<i>Figura 3: Frase um_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)</i> .....	16
<i>Figura 4: Frase dois_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)</i> .....	17
<i>Figura 5: Frase três_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)</i> .....	18
<i>Figura 6: Maestro negro e sua filarmônica quilombola. (Foto: Gilmara Souza)</i> .....	19
<i>Figura 7: Acervo Arqueológico do Quilombo Santo Isidoro (Foto: José Eustáquio de Brito)</i> .....	34
<i>Figura 8: Tom de vermelho: uma árvore em flor (Foto: Gilmara Souza)</i> .....	37
<i>Figura 9: Tom de amarelo: chão de terra iluminado pelo Sol (Foto: Gilmara Souza)</i> .....	38
<i>Figura 10: Roda de entrevista reverberando... (Foto Tatiane Campos)</i> .....	39

## ***LISTA DE GRÁFICOS***

<i>Gráfico 1: Jovens presentes na entrevista coletiva_Divisão por sexo .....</i>	<i>46</i>
<i>Gráfico 2: Jovens presentes na entrevista coletiva_ Divisão idade por série.....</i>	<i>47</i>
<i>Gráfico3: Profissões/Cursos citados por jovens na entrevista coletiva .....</i>	<i>60</i>

## SUMÁRIO

Apresentação .....	12
1. Introdução .....	20
1.1. A Educação Escolar Quilombola.....	20
1.2. Surgimento do problema.....	24
<i>História da comunidade Santo Isidoro.....</i>	<i>30</i>
2. Condução da entrevista e Acertos Metodológicos .....	40
3. Categorias analisadas a partir da entrevista coletiva no quilombo .....	50
3.1. Transcrição .....	50
3.2. Acontecimentos .....	52
3.3. Liderança e Participação .....	53
3.4. Descrevendo Relações de Trabalho .....	55
3.5. Projetos de Vida .....	58
4. Minha percepção da realidade quilombola: alguns aprendizados .....	65
5. Referências bibliográficas .....	68

## Apresentação

A pedagoga em formação que escreve esse texto é uma jovem mulher negra, que há pouco mais de três anos vem construindo de forma mais crítica e positiva sua identidade racial. Minha aproximação com as atividades desenvolvidas pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG<sup>1</sup> e logo em seguida, minha inserção como bolsista do programa, despertaram muitas transformações: da textura dos cabelos à (re)definição do tema da monografia.

Novidades, desafios e angústias: palavras-chave da minha experiência acadêmica. Entrei no curso de Pedagogia no segundo semestre de 2008. Um ano depois de ter finalizado o ensino médio regular, em uma turma do noturno de uma escola estadual de Belo Horizonte. Essa conquista foi muito comemorada em minha família, no entanto, sempre me incomodou o fato de entrar “sozinha” naquele novo universo. Não era só porque não conhecia minhas novas colegas de curso, mas também porque meus outros colegas de ensino médio não tiveram a “coragem” de aspirar esse caminho.

Uma vez aqui, tive que me adaptar à nova “escola”. Foi bem complicado me apropriar da linguagem acadêmica e da “autonomia” requerida para estudar ou apresentar trabalhos. Sem falar do novo ofício a ser aprendido: escrever! Exercitar a escrita acadêmica, não é tarefa das mais simples e prazerosas, mas se faz imprescindível no momento.

Pela atualidade e emergência do tema Educação Quilombola é notória a potência desse debate para promoção de uma educação antirracista. Escrevo no contexto de políticas afirmativas e para problematização de pensamentos que geram homogeneização, confrontadas com a dinâmica atual das políticas de ações afirmativas. Dentre as várias definições para as ações afirmativas utilizo a elaboração de SILVÉRIO (2007, p.143):

referem-se a esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, pelos poderes locais, empregadores privados e escolas para combater discriminações e promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho para todos (APA, 1996:2). A meta da Ação Afirmativa é eliminar

---

<sup>1</sup> O Programa Ações Afirmativas na UFMG, criado em 2002, promove atividades de ensino, pesquisa e extensão para estudantes negros, principalmente de baixa renda, regularmente matriculados nos cursos de graduação da universidade. Representando uma política de ação afirmativa para a população negra no ensino superior, o programa investe em atividades que visam a permanência bem sucedida de seus bolsistas por duas linhas de atuação: apoio acadêmico e material e fortalecimento da identidade étnico-racial. Outras atividades realizadas pelo programa dizem de cursos, seminários, formações continuadas e oficinas que tem como público os bolsistas do programa, demais alunos e professores da UFMG, bem como docentes da educação básica.

discriminações contra mulheres e minorias étnicas combatendo os efeitos das discriminações passadas com vistas à (re) estabelecer o equilíbrio social (KRAVITZ, 1997: VII). (p.143)

Nesse sentido, meu desejo ao realizar essa pesquisa foi ao encontro de três ações: ter a oportunidade de partilhar as experiências de educação quilombola que venho conhecendo; aprimorar meus conhecimentos como pesquisadora em educação e; por fim, não menos importante, retribuir a acolhida da comunidade Santo Isidoro, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Nesse trabalho apresento minhas descobertas e reflexões acerca de estudos e conversas com alguns jovens da comunidade quilombola Santo Isidoro (Berilo – MG) quanto a sua identidade quilombola, as relações de trabalho que possuem intra e extra quilombo e seus projetos de vida. Verificando o que a educação tem a ver com tudo isso, também os indago sobre o papel da escola do quilombo sobre essas questões.

Apresento na Introdução uma breve discussão sobre *A Educação Escolar Quilombola e o Surgimento do problema*, minha iniciação nessa discussão. Relato minha trajetória acadêmica como bolsista de iniciação científica na pesquisa que me fez conhecer a comunidade quilombola que pesquisei. E caracterizo-a evidenciando os aspectos que mais me chamaram a atenção.

No capítulo *Condução da entrevista e Acertos Metodológicos* descrevo alguns detalhes que caracterizam a dinâmica de pesquisar comunidades quilombolas no Vale do Jequitinhonha. Apontando por esses detalhes os deslocamentos físicos e metodológicos que fizeram da entrevista coletiva, mais que uma coleta, uma produção de dados.

Identifico e considero no capítulo *Categorias analisadas a partir da entrevista coletiva no quilombo* alguns pontos que emergem da entrevista coletiva de forma a evidenciar a riqueza de informações que ela apresenta.

Ao final do texto faço algumas ponderações em relação aos resultados da pesquisa, em especial no que tange os aprendizados que acumulei durante meu percurso enquanto pedagoga-pesquisadora.



*Figura 1. Localização do Tear (Foto: Gilmara Souza)*



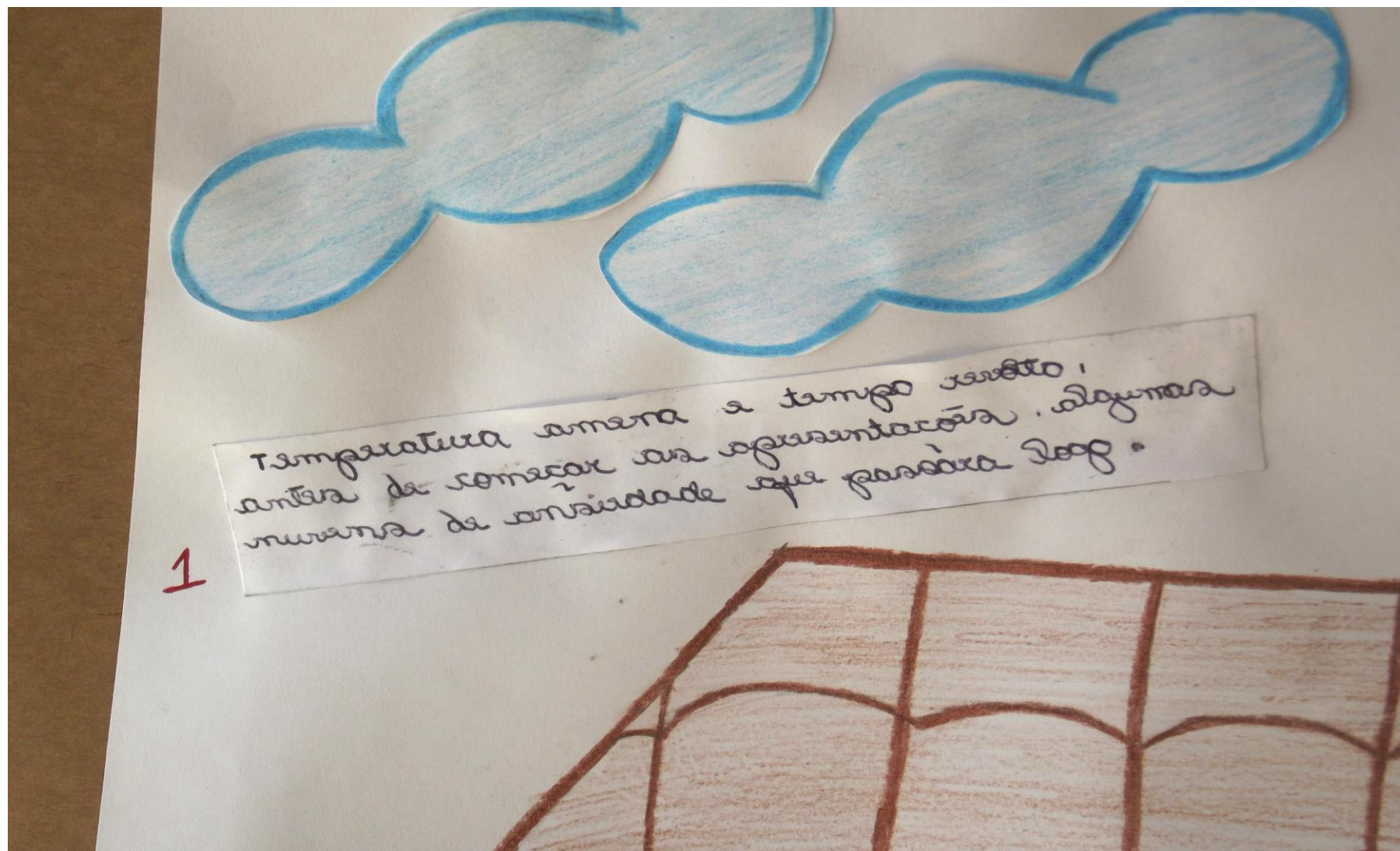


Figura 3. Frase um\_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)





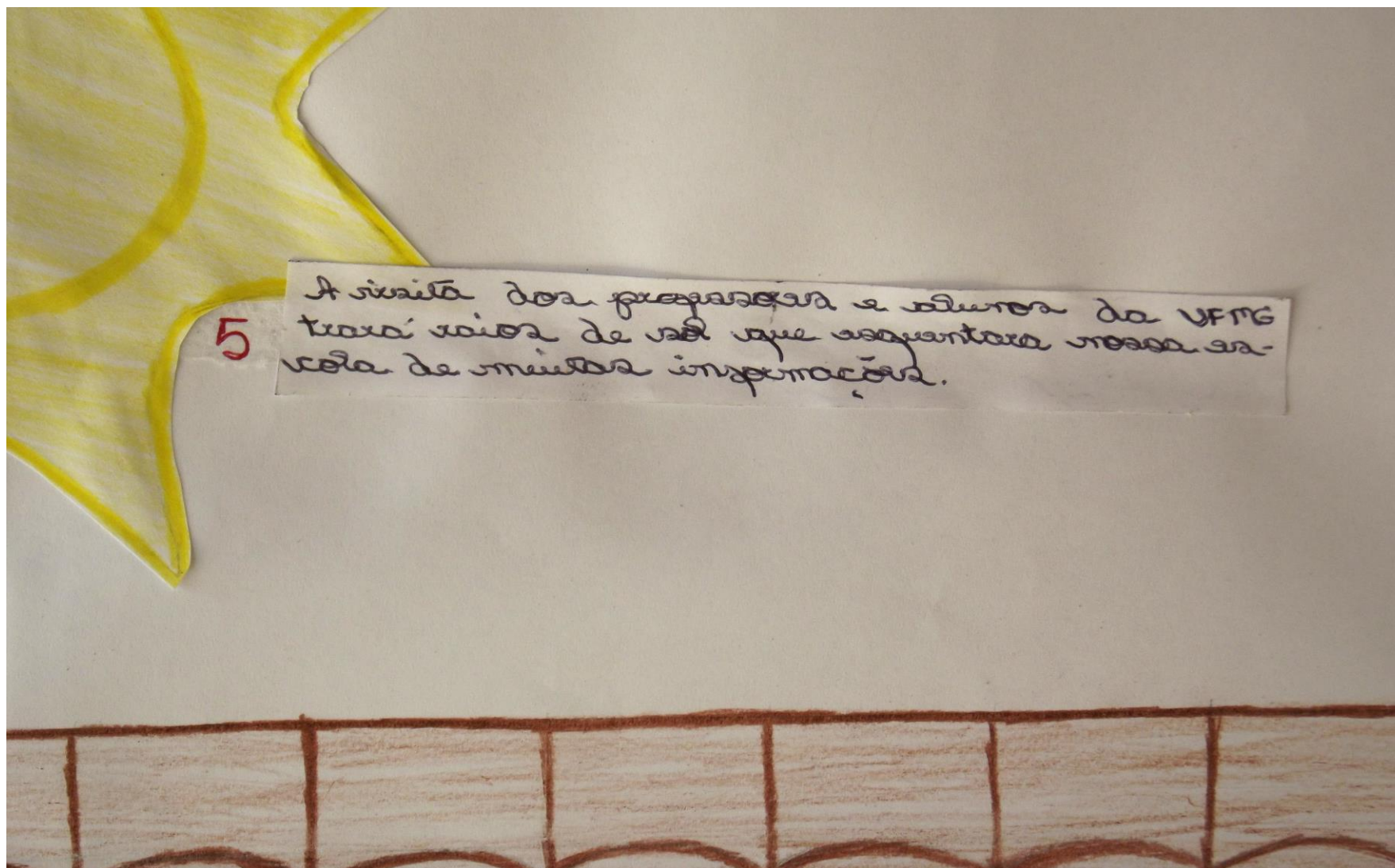


Figura 4. Frase dois\_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)

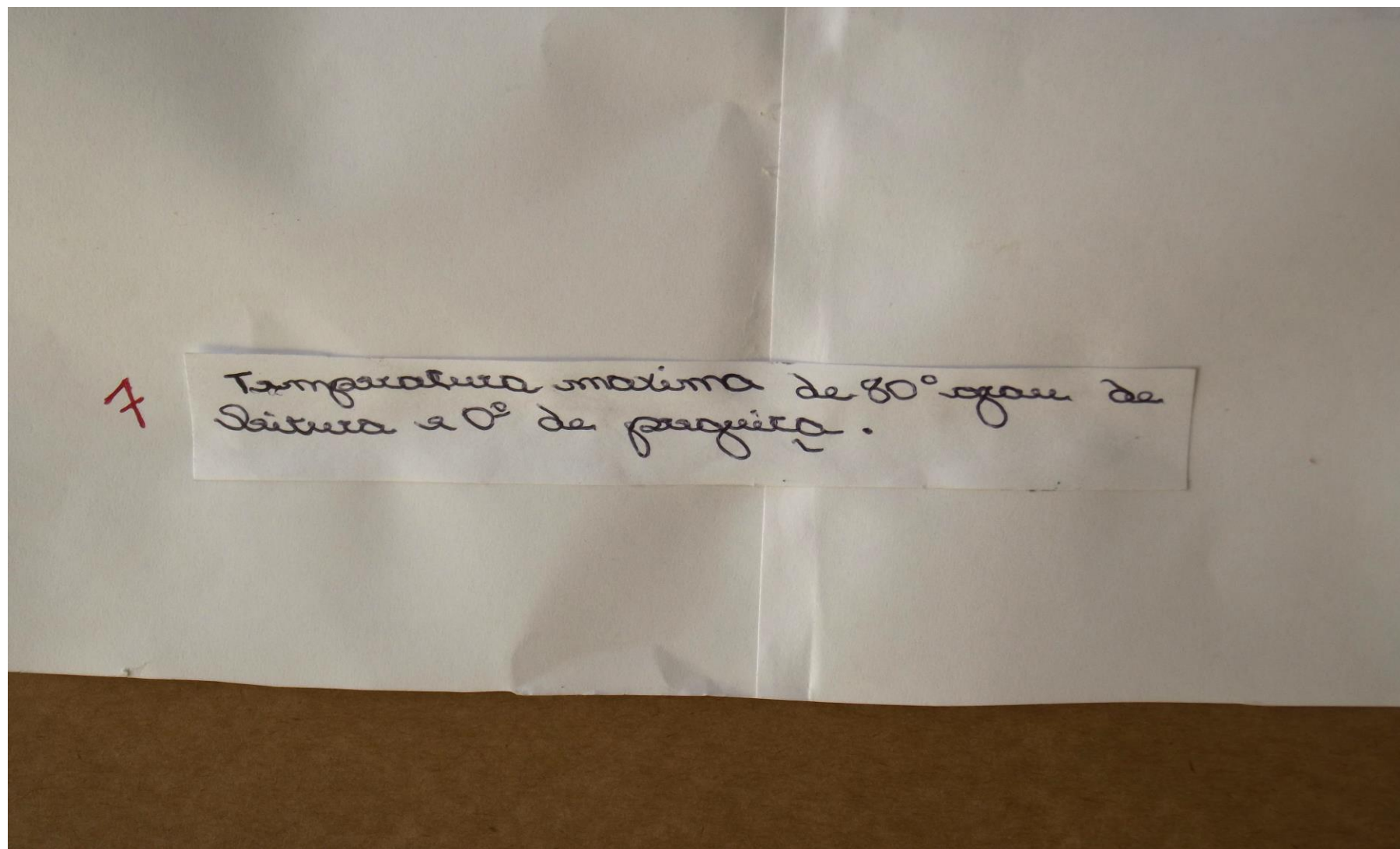


Figura 5. Frase três\_ Previsão do tempo (Foto: José Eustáquio de Brito)





*Figura 6. Maestro negro e sua filarmônica quilombola. (Foto: Gilmara Souza)*

## 1. Introdução

### 1.1. A Educação Escolar Quilombola

A educação escolar, pública e gratuita é direito social e subjetivo, conforme inscrito no Art. 6º, da Constituição Federal de 1988 e no Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN/96. A garantia desse direito à todos os grupos populacionais que formam esse país representa ainda um desafio para o poder público e para toda a sociedade. O acesso a esse e outros direitos tem sido alvo de lutas desses grupos, que seguem organizados em movimentos sociais. Nesse cenário, os povos remanescentes de quilombos se apresentam.

As comunidades quilombolas foram inicialmente inscritas, na atual legislação brasileira, no Art. 68<sup>2</sup> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se refere à afirmação de seus direitos territoriais. Em 2002, essas comunidades são reconhecidas como povos tradicionais, pelo Decreto Legislativo nº 143 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A definição de comunidades quilombolas contida no Decreto 4887/2003<sup>3</sup> é reiterada no Decreto 6040/2007<sup>4</sup> e no Parecer CNE/CEB 16/2012, como segue:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (Parecer CNE/CEB 16/2012 p.02)

Ao conhecermos as múltiplas formas de constituição e existência dessas comunidades no Brasil, verificamos um histórico de inúmeras estratégias de luta:

contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. (CNE/CEB 16/2012, p.12)

---

<sup>2</sup> Diz “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

<sup>3</sup> Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>4</sup> Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Provocam, assim, a discussão sobre o direito à terra, denunciam o racismo institucional<sup>5</sup>, e as diversas formas de preconceito e desigualdades sociais, educacionais e econômicas. Esses elementos, de acordo com PARÉ (2007, p. 217), irão “fazer parte da discussão sobre o que representam os quilombos contemporâneos na atualidade”. E, por conseguinte, darão base ao processo de ampliação do conceito de quilombos.

Os avanços teóricos sobre a ressemantização do termo quilombo e as problematizações sobre a construção de identidades interpelam as comunidades quilombolas. Paralelo a isso, chamam a atenção de estudiosos e militantes as recentes proposições de políticas públicas específicas para esses povos. SILVA (2011, p.01) ressalta também o fato dessas comunidades “não terem passado por processo censitário, que permitisse com mais precisão ter informações sistematizadas e seguras da real situação” dos quilombolas no Brasil. A escassez de informações que o poder público tem sobre essas pessoas pode incorrer na ineficiência dessas políticas públicas, em especial as educacionais, tendo em vista a fundamental necessidade de se conhecer as reais demandas, dificuldades, potencialidades e condições estruturais que as comunidades possuem.

Segundo SILVA (2011), uma política pública nacional de educação é pautada pelo movimento quilombola desde 1995, quando este redigiu a I Carta ao Estado Brasileiro, durante o I Encontro Nacional do Movimento Quilombola. A proposta de educação escolar quilombola situa-se nas políticas educacionais de enfrentamento ao racismo, juntamente com Lei 10639/03<sup>6</sup>. Sua inserção como modalidade de ensino<sup>7</sup> ocorreu em 2010 e em 2012 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> De acordo com GONZAGA (2011) o racismo institucional pode ser compreendido como o “fracasso das instituições e organizações em promover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Manifesta-se em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas e grupos raciais ou étnicos em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas.” (p.05)

<sup>6</sup> Alteração do Art. 26 da LDBN/96, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Básico público e privado a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira – “§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

<sup>7</sup> Instituída pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, com base no Parecer CNE/CEB nº 7/2010.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN/1996 regulamenta dentre outros pontos, as modalidades de ensino. Estas dizem de *formas distintas que a estrutura e a organização do ensino adotarão para adequarem-se às necessidades e às disponibilidades que garantam condições de acesso e permanência na escola*, podendo se caracterizar pela especificidade didática, ou pelo público a que ela se dirige – é nesse contexto que a modalidade de educação escolar quilombola se insere. (MIRANDA, 2012, p.1)

A formalização de um conjunto de aparatos que venham garantir, com efetividade, a oferta de uma formação escolar com o papel de assegurar o direito dos povos remanescentes de quilombolas à educação, só acontece em 2010, pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que institui a educação quilombola como modalidade de ensino nacional, como se lê a seguir:

Art. 41 – a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem com nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural.

Assim, no dia 20 de novembro de 2012 foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, inscritas na Parecer CNE/CEB nº 16/2013:

Art. 9º A Educação Escolar Quilombola compreende:  
I - escolas quilombolas;  
II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.  
Parágrafo Único. Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola. (CNE/CEB 08/2012, p. 06)

Por especificidade da educação quilombola compreende-se a articulação de elementos constituintes da identidade e do território de cada comunidade. Esse entendimento é melhor compreendido, dentro das “políticas de diferença”, que segundo MIRANDA (2012, p.01) “abalaram concepções de identidades coletivas unívocas”, por não se tratarem de políticas públicas que reconhecem os distintos grupos sociais que existem, buscando a equidade.

Nesse sentido, essas políticas se fazem presentes e necessárias por uma demanda dos movimentos sociais, que afirmam uma identidade coletiva diferenciada, imprimindo novos discursos identitários que desestabilizam a lógica de universalidade e homogeneidade que

nossa sociedade possui. A identidade é assim, como um construto pessoal e social, onde “discursos políticos e culturais, sistemas de representação e histórias particulares”, configuram diferentes elementos que se interconectam. (MIRANDA, 2010, p. 26)

A luta dos movimentos sociais em favor da questão quilombola não exige apenas a inclusão de uma modalidade educacional específica. Eles nos colocam – escola, universidade e poder público – um novo discurso, no qual buscam desconstruir o imaginário preconceituoso e simplista que lhes são atribuídos. As comunidades quilombolas se afirmam como pertencentes à um grupo étnico-racial, que possuem *trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida* (art. 2º do Decreto 4887/2003).

Presumida a “especificidade histórica, econômica, social, política, cultural e educacional dos quilombolas” (CNE/CEB nº 16/2012, p 18), a implantação dessa modalidade em Minas Gerais, faz-se necessária, visto que a existência dessas comunidades excede ao quantitativo de quatrocentas (400), as quais são atendidas por 159 escolas, de acordo com os dados do Portal Inep/2011.

No entanto, as crianças e os jovens remanescentes de quilombos, muitas vezes tem atendimento escolar em escolas rurais, sem a demarcação dessa especificidade. Isso se deve, muitas vezes, a falta do autoreconhecimento de comunidades negras como quilombolas – o que reflete um longo processo de silenciamento e desvalorização da história de lutas dos quilombolas. Em outros casos a razão se refere ao desconhecimento de gestores de secretarias municipais e de regionais estaduais de educação, para com a existência de comunidades quilombolas em sua jurisdição<sup>9</sup>. Isso não só dificulta e negligencia a inserção dessa modalidade no estado, como compromete a garantia dos direitos que essas comunidades têm, uma vez que já vivem em situações materiais muito precárias.

---

<sup>9</sup> Durante a pesquisa “Educação Escolar Quilombola: entre ausências e emergências”, foi realizada uma pesquisa preliminar com representantes das secretarias municipais de educação e das superintendências estaduais de educação do estado, durante o I Seminário de Educação do Campo de Minas Gerais, por meio de aplicação de questionários que contemplou perguntas referentes ao atendimento público da educação quilombola.

Suplantar as condições precárias nas quais se encontram a materialidade escolar dos quilombos mineiros é um dos muitos desafios que se colocam à implantação dessa modalidade. Dos demais, podemos dizer da gestão da escola quilombola a ser realizada preferencialmente por quilombolas; da formação inicial e continuada de professores quilombolas; da contratação, preferencial, de professores pertencentes às comunidades onde se localizam a escola, como orientam os capítulos II e IV da Parecer nº 16/2013, respectivamente.

## 1.2. Surgimento do Problema

Depois de participar de uma criteriosa seleção com a orientadora, a Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda iniciei meus trabalhos na pesquisa “Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências<sup>10</sup>”, que se objetivava analisar as condições de implantação dessa modalidade no estado, considerando experiências em curso e situações incipientes. Essa pesquisa aconteceu entre os anos de 2011 e 2013, mas a minha participação como bolsista se deu a partir de 2012. Junto comigo nessa função esteve a geógrafa e pedagoga Tatiane Campos dos Santos, e como coordenadores a Profa. Shirley Miranda (UFMG) e o Prof. Dr. José Eustáquio de Brito (UEMG). Marco o nome dessa equipe porque foi com ela e por ela que consegui caminhar pelo percurso da pesquisa acadêmica com muitos aprendizados, carinho, reconhecimento e sem grandes frustrações.

Foram muitos os deslocamentos físicos e intelectuais que realizei durante essa pesquisa. A experiência de investigar comunidades remanescentes de quilombos no interior de Minas Gerais, na zona rural do Vale do Jequitinhonha foi inédita e transformadora para mim. Não era grande a minha bagagem nos estudos sobre relações étnico-raciais, foi meu primeiro contato com “essa história” de quilombos, com o Vale do Jequitinhonha e pela primeira vez eu participara de todas as etapas de uma pesquisa científica! Enfim, somei boas e curiosas histórias para contar.

Como bolsista do Programa Ações Afirmativas conheci lugares de Minas e do Brasil em visitas de campo e em apresentações de trabalhos em congressos acadêmicos. Ouvi histórias

---

<sup>10</sup> A pesquisa contou com o financiamento da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.



de pessoas negras, suas famílias e seus feitos em África e no Brasil sobre novas perspectivas: a da resistência às inúmeras opressões que sofreram e a da valorosa contribuição para a construção desse país. Participei semanalmente de encontros para estudos e partilha de experiências que me ajudaram a construir uma identidade negra afirmativa; em última instância, me ajudaram a viver dentro desse corpo negro sem “surtar”; a andar pela universidade com a altivez das mulheres negras, que encrespam seus cabelos, e enfrentam o racismo cotidianamente!

Concomitante a essas experiências, outras novidades se abriram para mim pela função de aprendiz de pesquisadora. Não me esqueço do frio na barriga ao receber o retorno do primeiro relatório de atividades, em participar da primeira reunião de pesquisa para planejamento da visita a campo, e outros momentos. Não tenho adjetivos para sintetizar a riqueza das visitas ao campo de pesquisa.

Foram três grandes viagens. A primeira de 02 a 06 de julho de 2012 para conhecermos as comunidades de Moça Santa, em Chapada do Norte e Santo Isidoro, em Berilo. A segunda aconteceu entre 7 e 12 de abril de 2013 para conhecermos as comunidades de Curral Novo e Rosário no município de Virgem da Lapa e as comunidades Caititu e Caititu do Meio, em Berilo. Aproveitamos a ocasião para visitar o quilombo de Santo Isidoro. Até aqui, as visitas eram realizadas com a presença de um ou mais coordenadores da pesquisa. No entanto, na terceira delas (4 e 5 de julho de 2013) apenas Tatiane e eu voltamos exclusivamente ao quilombo Santo Isidoro (Berilo) para recolher mais dados para nossas pesquisas individuais. Ela, na ocasião já mestranda em geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG e eu, para essa monografia.

Nessas cidades, visitamos comunidades e escolas quilombolas, entrevistamos gestoras(es), professoras(es) e estudantes dessas escolas. Vivenciamos diversas situações que mostraram as potencialidades daquelas pessoas e seus lugares, e os desafios que têm para desenvolvimento educacional e econômico das mesmas. Cada viagem teve seu brilho, seus tempos, seus temperos, sua poeira, suas caronas, lágrimas e sorrisos. Fizemos muitos registros fotográficos, mas a emoção de cada uma dessas jornadas, só vivendo mesmo para saber.

Pois bem, na primeira viagem conheci a comunidade quilombola Santo Isidoro (Berilo) e sua escola estadual. Chegamos até lá porque em uma atividade preliminar<sup>11</sup> da pesquisa onde questionamos alguns gestores públicos sobre o atendimento escolar quilombola identificamos, por uma analista educacional da Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí, o trabalho realizado nessa comunidade. De acordo com a analista, a escola apresentava um trabalho singular sobre as relações raciais, o que valeria a pena conhecer.

O contato com a escola quilombola não foi imediato. Mesmo com todas as informações fornecidas pela analista da SRE-Araçuaí, Tatiane e eu ainda tivemos de identificar em nosso banco de dados o telefone e endereço da escola. De posse de tudo isso, iniciamos a maratona para contatar a escola. Após dias de tentativas frustradas, que decorriam de números de telefone incorretos, a intermitência de sinais telefônicos e de internet, conseguimos falar com uma professora.

As primeiras conversas aconteceram por telefonemas. Nelas, apresentamos a pesquisa, dissemos de nosso interesse em conhecer a comunidade e a experiência de escola quilombola que ali se desenvolvera. A professora Maria Helena de Oliveira e Souza – Leninha<sup>12</sup> nos foi indicada como referência para acertar os detalhes da visita. Ela mora em Berilo, atua na comunidade há quase 20 anos e se mostrou muito surpresa com nosso interesse em pesquisar a escola. E um tanto apreensiva, por não “saber direito” o que queríamos ver. Dissemos que o que nos interessava na ocasião era conhecer o trabalho realizado na escola, o território da comunidade e as articulações políticas e culturais da comunidade.

Indicamos nossa possível data para visita e fechamos um cronograma de permanência de 6 dias na região, dos quais dois dias de visita seriam na comunidade Santo Isidoro. Percorremos 545km para chegar até Berilo. Uma viagem longa e cheia da devastadora monocultura do cerrado: os eucaliptos. Ao atravessarmos aquelas estreitas estradas de mão dupla para os

---

<sup>11</sup> Ver mais detalhes da pesquisa no texto SANTOS, T. C.; SOUZA, G. S.. *Identidade Quilombola e Educação e entre o autoreconhecimento e reconhecimento*. In: XX Jornadas de Jovens Pesquisadores da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, 2012, Curitiba. Cidadania e o Desenvolvimento Social, 2012.

<sup>12</sup> Cito os nomes sem alterações das professoras e das lideranças da comunidade com a devida autorização das mesmas. Isso corresponde a uma razão muito cara a essas pessoas: receber a visibilidade e o empoderamento legítimos pela trajetória de trabalho e resistência. Preservarei o sigilo sobre a identidade das/os jovens, para tanto utilizo nomes fictícios.

automóveis e eucaliptos, compartilhamos a sensação claustrofóbica, que ouvimos a Profa Shirley desabafar. Em Berilo pegamos um carro e seguimos 30km em estrada “de chão” ou sem pavimentação, em péssimo estado de conservação, para chegamos ao quilombo.

Durante os dias em que estivemos na comunidade, além de toda a atenção a nós dedicada, percebíamos o quanto estavam mobilizados para nos contar suas histórias, percorrer conosco os lugares mais significativos para a comunidade como o açude, o Cruzeiro, a Igreja, o Galpão de ensaios da Banda Filarmônica ou o “Tear<sup>13</sup>”, as casas “dos mais velhos”, o engenho para produção de rapadura... Tudo que nos era apresentado, continha uma intenção. Marcelo Martins<sup>14</sup>, a liderança que foi o nosso principal anfitrião, em entrevista para a pesquisa, nos disse que a escolha daquele circuito representava o trabalho desenvolvido pelo povo quilombola. Marcelo, a Profa. Leninha e todas as outras pessoas que nos contaram sobre a história da comunidade demarcavam seu início com a ação do Mestre Adão. Adão Pedro Alexandrino (1914 - 1990) foi o primeiro morador e importante líder da comunidade. Adiante detalho melhor sua trajetória e contribuições para a comunidade.

Nos contatos prévios soubemos também da existência de uma banda de música - a Sociedade Musical Filarmônica Santo Isidoro. A banda que surgiu no centro de Berilo, mas que vingou na zona rural está no quilombo desde 1993. Atualmente é composta por aproximadamente 30 jovens da comunidade que também são alunos da Escola Santo Isidoro. Motivo de muito orgulho para a comunidade como um todo. De acordo com essas pessoas, quando os jovens saem para se apresentar em outras localidades, são reconhecidos de forma positiva. Por possibilitar o contato com a arte musical, a banda é referenciada pelas professoras como um potente canal de afirmação do pertencimento quilombola.

---

<sup>13</sup> Tear é o nome mais popular desse espaço. Ver figura 1: Localização do Tear - Foto: Gilmara Souza (p.14).

<sup>14</sup> Marcelo Martins é neto do Mestre Adão, por parte de mãe. Foi quem nos recebeu no primeiro dia de visita à comunidade. Na ocasião era contratado pela Prefeitura de Berilo como Agente Comunitário de Saúde no Programa Saúde da Família (ACS – PSF). Durante nossas conversas ele nos disse que tinha como grande sonho graduar-se em História, para poder conhecer e poder contar a história de seus antepassados. Ele acredita que o curso lhe dará condições para construir sua árvore genealógica, e assim saberá de qual cultura sua família descende. Esse sonho ainda permanece, no entanto, a necessidade de trabalhar e conseguir dinheiro fala mais alto. Já que o contrato com a prefeitura acabou, ele teve que partir para “capital”, São Paulo e trabalhar como atendente de uma lanchonete, na região leste. Um trabalho nem tão degradante como o que é feito nos canaviais, mas possui uma longa jornada de trabalho. Cerca de 10 horas semanais, com folga aos domingos e, sem “carteira assinada”. Não ter todos os direitos trabalhistas garantidos pelo empregador, é sublimado pelo “benefício” de não ter de seu salário todos os impostos trabalhistas.

Para nossa primeira visita, a Escola Estadual Santo Isidoro organizou uma manhã de atividades diversificadas. Segundo uma das professoras mais atuantes no quilombo, foram os próprios alunos que prepararam o “Jornalzinho”, que dizia da apresentação de quadros clássicos de um telejornal, só que de maneira adaptada e com outros incrementos pela escola quilombola Santo Isidoro. Para citar alguns quadros lembro da Previsão do Tempo<sup>15</sup>, onde uma mocinha, vestida com um terninho preto, lia uma cartolina com desenhos e pequenas frases que diziam das expectativas que rondavam nossa ida ao quilombo, ou lições pedagógicas de dedicação aos estudos. Por exemplo:

*“Temperatura amena e tempo revolto, antes de começar as apresentações. Algumas nuvens de ansiedade que passará logo<sup>16</sup>”.*

*“A visita dos professores e alunos da UFMG trará raios de Sol que esquentará nossa escola de muitas informações<sup>17</sup>”.*

*“Temperatura máxima de 80° C de leitura e 0° C de preguiça<sup>18</sup>.”*

Organizaram também, três tipos apresentações de musicais: da banda executando o hino nacional, hino à Negritude e a canção My Way do Elvis Presley; de um grupo de meninas cantando, à capela, paródias das músicas Asa Branca de Luiz Gonzaga e Deixa-me ser jovem (autor desconhecido) sobre a identidade quilombola; e de crianças dançando e cantando cantigas de roda. Além disso, os meninos realizaram a leitura de sínteses literárias, sendo essas de livros acadêmicos e infantis. Prepararam um desfile da Beleza Negra, com direito a figurinista e maquiadora (alunas da escola), além de uma detalhada descrição sobre suas medidas físicas, hobbies e preferências gastronômicas, que era lida pela apresentadora e professora de Artes da escola, a Terezinha<sup>19</sup>.

Foi muito divertido ver uma das pequeninas, devia ter uns 9 anos, corrigir a professora mantendo o sorriso e a pose. Pelo que entendi, havia uma informação incorreta a respeito da cor que mais gostava. Assim, para sair tudo certinho ela pediu a retificação com muita

<sup>15</sup> Ver Figura 2: Panorâmica Previsão do tempo - Foto: José Eustáquio de Brito (p.15)

<sup>16</sup> Ver Figura 3: Frase um\_ Previsão do tempo - Foto: José Eustáquio de Brito (p. 16)

<sup>17</sup> Ver Figura 4: Frase dois\_ Previsão do tempo - Foto: José Eustáquio de Brito (p. 17)

<sup>18</sup> Ver Figura 5: Frase três\_ Previsão do tempo - Foto: José Eustáquio de Brito (p.18)

<sup>19</sup> Terezinha Martins dos Santos é neta do Mestre Adão e única professora quilombola da escola. É contratada pela Caixa Escolar para lecionar Artes na escola.

elegância! Tiveram também reportagens que foram exibidas em uma grande televisão. Na verdade, eram montagens de fotos de passeios que a banda fizera pelas cidades próximas embaladas por uma das músicas da banda. Um momento muito interessante foi o da leitura de um texto que conta a história da comunidade. A leitora era D. Mariete, filha de Mestre Adão e mãe de Terezinha e Marcelo (relação familiar que constitui o quilombo). O texto foi produzido pela professora Leninha, como forma de materializar sua admiração pelo mestre, divulgando suas contribuições e seu espírito vanguardista. Além dessas atividades, em entrevistas que realizamos na segunda parte do dia com as professoras da escola e as lideranças da comunidade, percebemos a dedicação e o envolvimento dessas pessoas para a promoção da comunidade.

Sendo muito sincera, eu fiquei maravilhada com Santo Isidoro! Ver uma banda de música com um maestro negro<sup>20</sup> foi forte pra mim. Ver tantas crianças e jovens sorridentes, aparentemente saudáveis, esbanjando inteligência, criatividade, desenvoltura foi reconfortante. Principalmente, por ter ouvido das professoras de uma cidade vizinha, que as crianças quilombolas possuem a fala e o intelecto comprometidos por serem pobres, morarem em áreas de difícil acesso e outras justificativas que só mascaram o racismo institucionalizado ali.

Eu fiquei satisfeita em ouvir as professoras de Santo Isidoro identificarem os desafios que tinham em escolarizar aquelas crianças, sem privá-las (aparentemente) de nenhum encorajamento ou elogio. Ao contrário, demonstraram muito cuidado com as crianças e outras pessoas da comunidade. Seja oferecendo uma alimentação de qualidade e coerente com a dieta tradicional da região, que valoriza a cultura local e fortalece as pequenas produções das famílias que se arriscam a ficar no quilombo; seja ao adquirirem e expõem livros literários sobre as temáticas quilombola e racial, debaixo de uma mangueira na praça do quilombo para facilitar o acesso de toda a comunidade.

Não pretendo comparar as experiências quilombolas que conheci nessa pesquisa, elegei a de Santo Isidoro como a melhor, ou atestar que ela executa a lei 10.639/03 em 100%. Contar do que vi sobre a experiência pedagógica de Santo Isidoro é identificá-la como uma boa prática pedagógica. Por não pertencer à comunidade e ter realizado visitas pontuais, consigo

---

<sup>20</sup> Ver Figura 6: Maestro negro e sua filarmônica quilombola - Foto: Gilmara Souza (p. 19)

identificar alguns limites que valem ser ditos e revistos pela escola e comunidade – farei isso adiante. No entanto, as potencialidades da gestão escolar e da organização da comunidade como um todo, saltam aos nossos olhos.

### História da comunidade Santo Isidoro

*Inicialmente chamada de Povoado do Córrego Lagoa do Povo, por conta dos tropeiros que passavam por aquela região, a atual Vila Santo Isidoro, é situada no município de Berilo, que fica no Vale do Jequitinhonha, há 545 km de Belo Horizonte. (Trecho do texto produzido pela professora Leninha sobre a história da comunidade).*

Detentora de muitas histórias e símbolos que rememoram um passado de refúgio de escravizados que escaparam do cativeiro, essa comunidade data seu surgimento em 1951, a partir da instalação de um cruzeiro, no que hoje é a praça principal. Um grande nome dessa comunidade é o Professor Adão Pedro Alexandrino (1914 - 1990). O Mestre Adão é conhecido e muito lembrado por todos, não só como um competente vereador (1977 – 1982), mas como um grande referencial para a comunidade. Pois, como explica uma professora da comunidade e neta do professor, *ele foi aquela pessoa que em tempos e dificuldades muito específicas, sempre buscou o melhor para a comunidade*, desde o abastecimento de energia elétrica e até a criação de uma escola, na qual lecionou por muitos anos e dirigiu por mais alguns.

Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 18 de outubro de 2006, como remanescente das comunidades de quilombos, Santo Isidoro atualmente é composta por cerca de 200 famílias. A comunidade conta com dois telefones públicos e algumas casas com telefones fixos. Boa parte da comunicação externa é realizada com apoio da escola, tanto em relação à telefonia quanto à internet. Quanto aos equipamentos públicos, a comunidade possui um pequeno posto de saúde que realiza atendimento de problemas simples, como curativos e procede ao encaminhamento para especialistas; uma igreja católica e outra igreja evangélica; duas escolas: Estadual Santo Isidoro e seu Anexo, com Educação Infantil e a Creche Moranguinho Doce<sup>21</sup>; e sua Sociedade Musical Filarmônica Santo Isidoro – criada em 1993.

---

<sup>21</sup> Mantida pela ONG Arai – Associação Rural de Assistência à Família.

A escola quilombola Estadual de Santo Isidoro atualmente conta com cerca de 270 crianças e jovens matriculados. Em sua estrutura física encontramos oito salas de aula, três banheiros, uma cozinha, um laboratório de informática, com acesso a internet que divide espaço com a pequena biblioteca. É através da escola que grande parte da comunidade tem acesso à internet e telefone. A escola também congrega projetos como Escola Integral e o ProJovem Campo<sup>22</sup>. Obtivemos informações que para introdução da dimensão das relações étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico – PPP a escola recebeu o acompanhamento da Diretoria de Temáticas Especiais da Secretaria Estadual de Educação. Além de contar com a colaboração de uma ONG cujas informações não conseguimos obter de maneira conclusiva – informação muito sinuosa.

Como atividades comerciais encontramos em Santo Isidoro alguns bares e mercearias. A atividade econômica mais recorrente são as pequenas roças – cultivos de alimentos como mandioca e banana, para subsistência. Entretanto, com o crescente das secas na região, bem como a escassez de oportunidades de trabalho, a grande atividade de geração de renda é a saída de adultos, e alguns jovens e crianças para o trabalho na agricultura fora do quilombo.

Há um longo histórico de migração sazonal para o interior de São Paulo e para a região sul do estado de Minas Gerais, em períodos de 6 meses, para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar e café. Esse ciclo já perdura há mais de 60 anos. Segundo REGO e FILHO (2011)

Para a grande maioria dos migrantes essa situação inicialmente sazonal, torna-se permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem e assim sendo, na entressafra, um número mais reduzido de mão-de-obra é utilizado para o preparo da terra, plantio e aplicação de agrotóxicos. A monocultura latifundiária, pelo seu caráter sazonal, caracteriza um modelo baseado no desemprego ao final da safra; o que leva os trabalhadores a submeterem-se a condições precárias de trabalho. (REGO E FILHO, 2011, p.04)

Nas duas viagens que fizemos à Berilo, entrevistamos professoras, diretoras de escolas e mulheres e homens que atuam ou não como lideranças em suas comunidades. Mas todas essas pessoas são adultas ou idosas. Perguntadas sobre a vida nas comunidades que viviam ou na

---

<sup>22</sup> “O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo”. Trecho da apresentação do programa, disponível no link: [http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article)

região, tocavam sempre em duas palavras: trabalho e dificuldades. Não ouvíamos lamentações, pelo contrário. Exaltavam a força e a competência que tinham para trabalharem com afinco e conquistarem as coisas que almejavam. Ao citarem trabalho e dificuldade, se referiam à força que *sempre* tiveram para superar as dificuldades que *sempre* tiveram.

Digo *sempre* porque os que vieram da África escravizados, o Mestre Adão, a D. Maria Ferreira, o Zé Acácio, a Sanete entre outras pessoas que conversamos ou ouvimos suas histórias, todo mundo viveu ou vive muitas dificuldades. Sendo a pregnância dos efeitos de uma libertação da escravidão não concluída observamos diversos dados estatísticos que demonstram o lugar subalterno da população negra no Brasil. Haja vista os dados do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (2011) sobre pobreza, distribuição e desigualdade de renda, considerando a renda média da população, segundo sexo e cor/raça:

Em 2009, à mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009). (IPEA, 2011. p. 35)

Ainda são escassos os dados específicos sobre a população quilombola no Brasil. Em relatório sobre o Programa Brasil Quilombola a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2012) divulgou algumas informações. De acordo com o diagnóstico, estima-se a existência de 1, 17 milhão de quilombolas (214 mil famílias) em todo o país. No que se refere a caracterização socioeconômica temos que 78% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e 76,5% estão em situação de extrema pobreza.

É claro, que essas dificuldades não brotam do chão! Elas são resultados de processos de subalternização, diversas formas de racismo, principalmente o institucional, de corrupção e má administração política. E podem ser facilmente exemplificados com histórias como os apuros que viveram para prestar socorro a alguém, abrindo o caminho à facção porque não tinha estrada que dava acesso aquele ponto. E depois que conseguiram recursos para abrir a estrada, o dono do terreno não deixou a máquina alargar certo trecho, pois retiraria alguns metros de seu terreno. Ou do reservatório de água que agora necessita de uma reforma porque não recebeu a manutenção apropriada em função das disputas políticas locais. Nesse caso, o dono do terreno não garantiu o apoio e o voto ao prefeito, que por sua vez utilizando de



práticas clientelísticas cortou os recursos a serem utilizados para os cuidados do reservatório que garantia a pequena roça dos quintais e a alimentação de animais de duas comunidades.

A esses casos somam-se os longos períodos de secas e a dificuldade de conseguir água por conta das imensas plantações de eucaliptos que “sugam” todo o líquido mais próximo a superfície ficando ainda mais difícil permanecer no quilombo. As iniciativas de trabalho e geração de renda que conseguimos identificar nas comunidades foram as pequenas roças que vendem seus produtos para escolas, feiras locais e uma artesanal e pequena fábrica de rapadura. Outra alternativa de trabalho que ouvimos em todas as entrevistas era sair do quilombo para as plantações de cana de açúcar e café. Assim, muitos homens (e suas famílias), “decidiam” sair e trabalhar fora.

Certa entrevista que fizemos em uma associação quilombola foi crucial para a realização dessa pesquisa. Nela, conhecemos Zé Acácio, um lavrador com larga experiência nas colheitas de cana de açúcar. Ele nos contou das exaustivas 12 horas de trabalho, de como é chegar no alojamento tão cansado que não se aguenta lavar a roupa, para no final do dia ganhar só 30 reais. Disse que um grande desejo não é ver os “filhos da gente” passando pelo que eles passaram. E que é por isso que eles lutam para dar melhores condições às novas gerações. Dessa forma, ele considerou importante contar essas histórias para que esses jovens e crianças saibam “como é a vida!”. Depois de tudo isso, ele se emocionou (e eu também) ao agradecer nossa ida.

E foi assim que essa monografia foi concebida! E com tudo isso na cabeça eu pensei: onde estão os jovens dessas comunidades? Será que eles sabem disso e do “futuro” (sofrer em lavouras por esse Brasil) que os espera? Se sabem, estão sofrendo muito com isso? E a escola do quilombo, o que tem feito para alterar esse destino? Tem apresentado novas oportunidades de trabalho? Tem incentivado de alguma forma a organização local a conseguir projetos? Além disso estão os jovens e crianças que vão com seus pais para as colheitas. O que fazer com turmas inteiras de estudantes que após seis meses fora da comunidade, retornam para terminar o ano letivo? Que negociações fazer com a secretaria de educação para não fechar as turmas e dispensar professores, durante o tempo que os alunos estão fora? Que estratégias pedagógicas têm sido elaboradas para atender esses alunos?

Envolvida por todas essas situações e me fazendo tantas perguntas concebi o projeto dessa pesquisa demonstrando meu incômodo em relação aos destinos de saída dos jovens e a atuação da escola nessa questão. No entanto, naquele momento não defini a qual desses problemas eu dedicaria maior atenção. A emergência em decidir isso veio com a resposta do parecerista, ao dizer que a pesquisa ora está dentro, ora está fora da escola.

A decisão de ficar fora da escola está em querer dialogar com os interlocutores legítimos para responder minha questão, “o que é ser jovem quilombola em Santo Isidoro?”. Nesse sentido, entendo a juventude como uma condição. Ser jovem é ser um sujeito sociocultural que vivencia no presente uma condição juvenil que é dinâmica e diversa de acordo com as especificidades da sua própria realidade. Ninguém melhor que os próprios sujeitos para dizerem de si, de suas angústias e desejos (MELO; SOUZA; DAYRELL, 2012). Ou nas próprias palavras de DAYRELL (2007) reportadas por ALVES (2013, p.23):

[...] Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, 2007, págs. 41 e 42).

Outro motivo que me fez optar em realizar a pesquisa fora do contexto escolar advém dos poucos retornos que consegui ao interrogar o Projeto Político Pedagógico da escola. Isso ficou muito evidente ao realizamos uma conversa com a Profa. Leninha sobre o PPP, que pouco acrescentou sobre o que poderíamos apreender a respeito da experiência e das expectativas das/os jovens que frequentam a escola. Inclusive abri mão de utilizá-la porque o foco da pesquisa tornou-se outro.

Ao mesmo tempo que eu queria fazer desse trabalho acadêmico um instrumento de reflexão para a comunidade, também tive a pretensão de “indicar-lhes alguns caminhos”! Só tentei essa ousadia porque em mim pulsa uma “boa” (prescritiva) pedagoga. Imagine, depois de tantos anos de estudos e avisos em relação à esse mal que acomete as pedagogas, sem perceber eu cai nessa armadilha. Mas nem tudo estava perdido. Para minha sorte, aprendi princípios valiosos sobre como fazer pesquisa em ciências humanas. A equipe de trabalho que

citei anteriormente foi muito generosa em ensinar essas coisas. Com isso, consegui planejar a entrevista no campo de uma forma muito cuidadosa.

A seguir exponho sobre a condução da entrevista, mas antes de finalizar esse capítulo, quero dizer que todo esse percurso provocou deslocamentos em minha forma de ver a pedagogia e principalmente de escrever essa monografia. Pois esta última, se tornou pra mim uma elaboração original, no sentido de que sou eu quem escrevo e tiro as conclusões. Embora elas não sejam inéditas são originais na minha trajetória, pois são feitas por mim. Mesmo com a participação de muitas pessoas e com o aprofundamento das reflexões teóricas sou eu quem liguei os pontos e redefini os objetivos e as perguntas.



*Figura 7. Acervo Arqueológico do Quilombo Santo Isidoro (Foto: José Eustáquio de Brito)*





*Figura 8: Tom de vermelho: uma árvore em flor (Foto: Gilmara Souza)*



*Figura 9: Tom de amarelo: chão de terra iluminado pelo Sol (Foto Gilmara Souza)*





*Figura 10. Roda de entrevista reverberando... (Foto Tatiane Campos)*

## 2. Condução da entrevista e acertos metodológicos

*Sei que a arte é irmã da ciência  
Ambas filhas de um Deus fugaz  
Que faz num momento  
E no mesmo momento desfaz  
Esse vago Deus por trás do mundo  
Por detrás do detrás*

*Cântico dos cânticos  
Quântico dos quânticos*

*(Quanta – Gilberto Gil)*

Essa pesquisa quis saber como é ser uma/um jovem quilombola em Santo Isidoro (Berilo – MG). E nada mais coerente do que saber isso delas/es mesmas/os. Para tanto escolhi fazer entrevistas individuais com jovens em uma incursão metodológica que coincidiu com a presença de uma mestranda<sup>23</sup> que também tem como sujeitos de pesquisa os membros da comunidade de Santo Isidoro. Isso foi bom porque pudemos compartilhar os mementos de feitura de uma pesquisa, durante a realização das entrevistas.

Numa espécie de pré-teste, rascunhei algumas perguntas e conversei com três jovens, dois meninos e uma menina. Na época, tinha até outras perguntas, estava pensando em focar nos jovens da banda, mas não segui com a ideia. O primeiro jovem convidado para a entrevista se recusou. Nós insistimos e ele aceitou com a condição de ter uma amiga por companhia. A conversa não foi muito ruim. No entanto, ele só respondeu o nome, a idade e em qual ano estava estudando. A menina por outro lado, conversou o que perguntávamos e em muitas perguntas disse não saber a resposta. Como a conversa não rendeu muito e o recreio já findara eles voltaram para aula.

A outra entrevista foi com outro rapaz, que na primeira visita ao quilombo, nos acompanhou pelo “roteiro turístico” preparado pela liderança Marcelo Martins. Na época, percebemos que aquele jovem estava sendo iniciado por Marcelo nas questões relativas à administração do quilombo. Apostei todas as minhas fichas nessa entrevista, mas não deu certo. Depois da aula fiz o convite para a conversa, mas ele não aceitou. Implorei cinco minutos e ele me disse não saber responder as perguntas que eu faria. Argumentei que ele nem sabia quais eram as

---

<sup>23</sup> A mestranda é Tatiane Campos dos Santos.



perguntas e que, principalmente, aquilo não valia nota, ou certificado de nada! Eu não estava ali para julgá-lo, só queria fazer perguntas que tinha curiosidade. Ele aceitou! Estávamos no pátio da escola, e sentamos um pouco, enquanto ele esperava o transporte escolar para voltar para a casa.

Mais uma vez, outros longos momentos de silêncio ou de breves e acanhados “não sei”. Talvez o gravador tenha-o assustado. Talvez as perguntas não estivessem boas, mas havia outro fator de incômodo: a pressão de estar dentro da escola. Quando estávamos no meio da conversa, uma professora veio conferir se “ele estava respondendo tudo direitinho!”. Pronto, ela não foi embora mais e eu perdi a entrevista, pois logo chegou o ônibus e meu rapaz teve de ir.

No fim, descobri que a dinâmica de fazer entrevista individual, dentro da escola não era o melhor caminho. Por isso fiquei a me perguntar “como ouvir esses jovens, se sozinhos eles se recusam a responder as perguntas relativas à comunidade?” Imaginei alguns formatos, pedi até ajuda à colegas do curso de Teatro UFMG. Mas por conta das agendas de final de semestre, não conseguimos nos encontrar e por fim permaneci com a entrevista. Mas dessa vez, eu estaria mais preparada e a entrevista estaria mais adequada aos objetivos que eu já havia percebido.

Elaborei uma entrevista *coletiva*, por já ter condições de prever alguns elementos que a configuraria assim, vejamos: a sinalização do primeiro rapaz que só aceitou ser entrevistado caso estivesse acompanhado por alguém; o meu desejo de não estar dentro da escola para realizar a entrevista. Queria ter uma conversa com as/os jovens com o mínimo de interferência possível dos adultos da comunidade. A fim de chamar a atenção das/os jovens para as questões que apresentava, utilizei outros recursos midiáticos para mobilizar o diálogo; além disso repensei bastante minhas perguntas no esforço de ser a mais cuidadosa e inteligível possível.

Influenciada por uma pesquisa cartográfica que observou brincadeiras de rua como acontecimentos evidencio o caminho metodológico que perseguí nessa pesquisa. De acordo com Anjos (2013) a “produção do conhecimento, atenção sensível, processualidade na pesquisa e escrita” (p.24) são procedimentos da cartográfica a medida que esta, “como método de investigação, abre possibilidade de se ficar atento/a a pequenos acontecimentos, a caminhar com o objeto, “constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho”

(PASSOS; BARROS, 2009, p.30 in ANJOS, 2013, p. 25). Nessa perspectiva, a originalidade nas elaborações que faço aqui se justifica, uma vez que a cartografia diz de

uma prática geográfica de acompanhamento de processos em curso [...] se oferece como trilha para acessar aquilo que força a pensar, dando-se ao pesquisador, como possibilidade de acompanhamento daquilo que não se curva à representação. (AMADOR; FONSECA, 2009, p.31 in ANJOS, 2013, p. 26)

Fiz uma entrevista coletiva. Por mais que esse formato caracterize uma entrevista de grupo focal, não tive a pretensão de fazê-la assim. A metodologia que *ensaio* aqui tanto cria quanto reproduz as relações que vi no quilombo. Afirmando isso porque é muito difícil fazer entrevista individual com os jovens. Uma vez que eles falam muito pouco e são inseguros para responder pelo grupo todo. Por isso pensei uma entrevista coletiva.

Embora eu não pudesse controlar o número de pessoas que participariam, pois a coletividade de lá é uma característica da comunidade. Mesmo tendo aspectos que controlei eu sabia que teria aqueles que eu não conseguiria controlar. Um deles foi que tentei fazer um foco convidando os jovens mais velhos. Mas isso não dava para controlar porque uns iam chamando os outros. Assim não tive como controlar o perfil dos entrevistados, como acontece num grupo focal. Além disso, no quilombo não há como dizer “não venha!”. Ao contrário, a perspectiva de lá está cunhada no compartilhamento de informações e na precaução e resguardo na divulgação disso para as pessoas de fora. “Eu vou com meu povo”, é o que eles dizem.

Prova disso é o teste que fizeram comigo no dia da entrevista. Não chegaram todos no mesmo momento. Chegou a primeira, depois chegou outra pessoa. As outras ficaram em volta, observando o movimento, esperando se as que entraram logo sairiam. Até que, resolveram entrar, e no final contava 32 jovens dentro do “Tear”. A reverberação é o movimento dessa entrevista. Eu lancei a proposta, como uma pedra num lago e os círculos se formam e foram se alargando. E se atraindo, até tocar o centro. Pela ajuda de amigas e seus amigos, conheci o que a física quântica e o budismo também dizem sobre esse movimento. Seja na Teoria das Cordas<sup>24</sup> ou nos Mantras<sup>25</sup> eu aprendi que *é a qualidade da vibração que determina a matéria, a energia, e todos os outros fenômenos do universo... Tudo está na vibração!*<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Teoria da física contemporânea que pretende explicar toda a formação e funcionamento das coisas, indicando basicamente que as partículas subatômicas podem ser ainda divididas em cordas. Estas, ao vibrarem desta ou daquela maneira podem formar um elétron ou um próton. O que conseqüentemente, formará essa ou aquela

Aprender a fazer (boas) perguntas num mundo (e numa escola) que nos exige saber dar sempre as respostas certas, não é fácil. Por isso, me dediquei muito a pensar cada pergunta e intervenção dessa entrevista coletiva. Ela consistiria em três momentos. No primeiro eu apresentaria a pesquisa e os presentes se apresentariam também. Depois exibiria um relato em vídeo de Marcelo Martins no qual ele fala sobre a vila, seus desejos em relação ao crescimento econômico dela e seus sonhos pessoais. Esse vídeo foi gravado pelo CEDEFES<sup>27</sup> ao final de um curso que ofertaram a comunidade para que organizassem um roteiro turístico da vila. Escolhi esse vídeo porque era o posicionamento de uma importante liderança da vila, e porque queria ouvir a opinião dos jovens sobre o que ele dizia. Por esse vídeo eu elenquei quatro grandes temas listando algumas perguntas. Os temas foram *Ser jovem negro e quilombola – o que significa? Como é?*; *Possibilidades de trabalho; Relação com o trabalho e escola – Profissão x Emprego e; Relação Arte e Trabalho – sobre a Banda.*

Por fim, pretendi exibir cenas do filme *Luiz Gonzaga: de pai pra filho*. Queria evidenciar no filme o fato de Luiz Gonzaga (pai) identificar e valorizar em suas raízes nordestinas a substância de seu trabalho. Com essa poética pretendia finalizar a conversa abrindo/conhecendo as possibilidades de futuro que esses jovens poderiam me indicar, naquele momento. Sem, no entanto, marcar uma posição que valorize a saída ou não dessas pessoas do quilombo. Meu interesse era mostrar que todos nós vivemos uma intensa busca do EU, e ter consciência disso é uma poderosa estratégia contra a desterritorialização<sup>28</sup> e as demais opressões que nós negros sofremos e os quilombolas sofrem.

---

materia. Leia o texto Teoria das Cordas disponível no link <http://misteriosdomundo.com/teoria-das-cordas-um-concerto-cosmico>

<sup>25</sup> A ressonância dos sons intencionalmente repetidos é capaz de cuidar, abençoar e proteger aqueles que o emitem. Criando muitas coisas, inclusive universos. Para saber mais leia o texto sobre Mantras, disponível no endereço <http://www.eusouluz.iet.pro.br/mantras.htm>

<sup>26</sup> Minha gratidão à Bárbara Viggiano e Sérgio Sá Teles.

<sup>27</sup> O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES “é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais”. Disponível no sítio eletrônico: [http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst\\_apresentacao](http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst_apresentacao)

<sup>28</sup> HASBAERT (2012) entende que “o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir.” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323 in HASBAERT, 2012, p.127)

Como disse anteriormente, nossa terceira ida ao quilombo de Santo Isidoro se deu entre os dias 04 e 05 de julho de 2013. Depois de uma longa viagem cheguei ao quilombo na tarde do dia 4. O ensino médio estava em aula e antes que entrassem para o recreio passei em cada uma das três salas fazendo o seguinte convite: amanhã, às 9h da manhã esperarei quem quiser conversar comigo no Tear para falarmos sobre como é ser um jovem quilombola em Santo Isidoro.

Optei pelo contra turno para não concorrer com as atividades de lazer deles, soube acontecer a noite. Segundo uma jovem, eles se encontram na praça principal e alguns dias *sai até um pagode!* Escolhi o Tear porque é um local grande e de referência para os assuntos da banda e da associação quilombola. E principalmente, estava fora e distante da escola. O Tear fica no lado direito da igreja<sup>29</sup>. É um cômodo coberto de 30m<sup>2</sup>, com uma janela, sem banheiro, que acolhe os ensaios da banda. Por isso há tantas cadeiras lá.

Finalmente dia 05 de julho! Às 8h30 estávamos dentro do galpão a esperar *aquelas/es que quisessem conversar comigo*. Enquanto não chegavam preparamos a sala. Não esperava mais de cinco pessoas, mas de toda forma organizei 8 cadeiras em meia lua de costas para a porta e de frente para o computador que levei para exibir os vídeos. Assim ficaríamos mais próximos, o gravador capturaria mais sons e o computador estaria mais próximo à tomada. O primeiro a chegar foi um rapaz. Carlos<sup>30</sup>, o único aluno do terceiro ano, e já eram 9h05. O tempo passava à espera foi desconcertante e inusitada. Foi cogitada a possibilidade de o rapaz pedir aos seus amigos que viessem. Mas descartei essa possibilidade rapidamente, pois queria conversar com quem tivesse o desejo de estar ali, voluntariamente.

Esperamos por mais uns minutos e foram chegando outras moças, seis ao todo. Vi pela janela que outros jovens estavam lá fora conversando. Talvez estivessem só esperando... Com esses sete jovens eu comecei os trabalhos. Fiz minha apresentação, disse sobre a pesquisa e elas/e se apresentaram dizendo, nome, idade e ano que estudam. Nesse momento, chegou outra moça e fizemos a primeira reorganização do espaço. Colocamos outra cadeira, expliquei novamente a pesquisa e ela se apresentou. Assistimos ao vídeo em seguida. Depois que terminou, comecei a comentar o filme e eis que [uma surpresa!] a sala é inundada por vozes e passos que vinham

---

<sup>29</sup> No Tear estão expostos alguns utensílios, ferramentas e uma máquina de tecer. Artefatos antigos coletados nas casas dos mais velhos da comunidade, para compor um “Acervo Arqueológico”, ver Figura 7: Acervo Arqueológico do Quilombo Santo Isidoro - Foto: José Eustáquio de Brito (p. 36)

<sup>30</sup> Os nomes reais das/os jovens serão preservados, para isso utilizo nomes fictícios.

da rua. Uma turma acompanhada pela profa Terezinha, composta por moças e rapazes com idades entre 13 e 16 anos.

Depois de acomodá-las/os, reorganizando o espaço pela segunda vez, agradei a presença de todas/os e antes que eu explicasse o que estava acontecendo ali, Terezinha apresentou a turma dizendo “eles são do nono ano, mas têm muita maturidade!” Nesse momento, percebi que minha entrevista poderia estar diretamente relacionada à uma atividade escolar. Embora preocupada com isso, agradei o que ela fez, entendendo que ela reconhecia em mim e naquela oportunidade um momento interessante para aquelas/es jovens.

Em seguida nos apresentamos e assistimos o relato de Marcelo Martins. Finalmente, conseguimos ultrapassar o momento inicial de apresentações. Nessa altura, eu já havia apresentado a pesquisa 3 vezes! Claro, que a quantidade de detalhes da pesquisa foi inversamente proporcional às vezes que tive de repetir a história. Mas sendo o acolhimento um pressuposto do quilombo, à medida que chegava alguém eu tinha de renegociar a condução da entrevista, redimensionando o espaço, contando com a paciência de quem já estava lá. Tanto, que faltando quase 30 minutos para terminar a conversa, chegaram outros dois rapazes. E pela quarta derradeira vez, arrastamos as cadeiras concentrando ainda mais nossa roda.

Essa entrevista coletiva durou duas horas. Teve a presença de 32 jovens<sup>31</sup>, em sua maioria mulheres (3 rapazes e 29 moças) com idades entre 12 e 17 anos, estudantes dos 7º, 8º e 9º do Ensino Fundamental e do Ensino Médio<sup>32</sup>. Pode-se observar que neles dispusemos graficamente<sup>33</sup> as informações e os conceitos centrais desse capítulo: roda, reverberação e cores. As cores foram “escolhidas” a partir de uma palheta de cores produzida sobre os tons mais recorrentes nas fotografias que fizemos pelas idas ao quilombo. Nesse sentido, o tom de vermelho<sup>34</sup> e de amarelo<sup>35</sup> dos gráficos foram extraídos de fotos que fizemos na parte externa de uma casa do quilombo: uma árvore com flores vermelhas e o chão de terra iluminado pelo Sol. Inclusive, nessa casa funciona uma fábrica de rapadura artesanal.

---

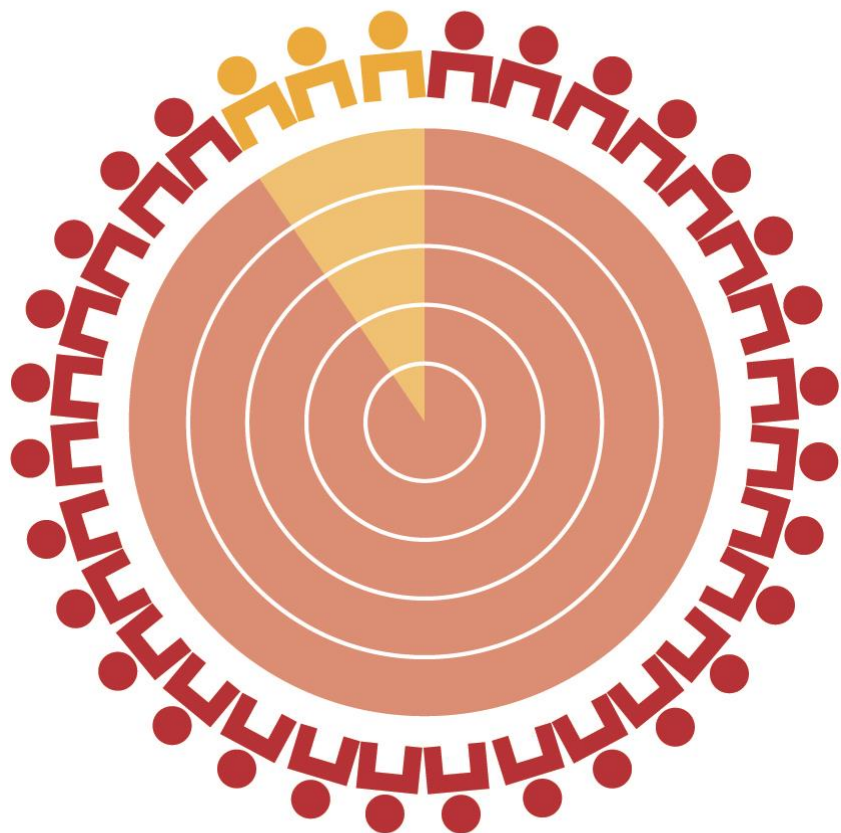
<sup>31</sup> Ver Gráfico 1: Jovens presentes na entrevista coletiva\_Divisão por sexo (p. 46)

<sup>32</sup> Ver Gráfico 2: Jovens presentes na entrevista coletiva\_ Divisão idade por série (p.47)

<sup>33</sup> Os gráficos foram concebidos em colaboração com o designer gráfico Rafael Gregório.

<sup>34</sup> Ver Figura 8: Tom de vermelho: uma árvore em flor – Foto: Gilmara Souza (p.37)

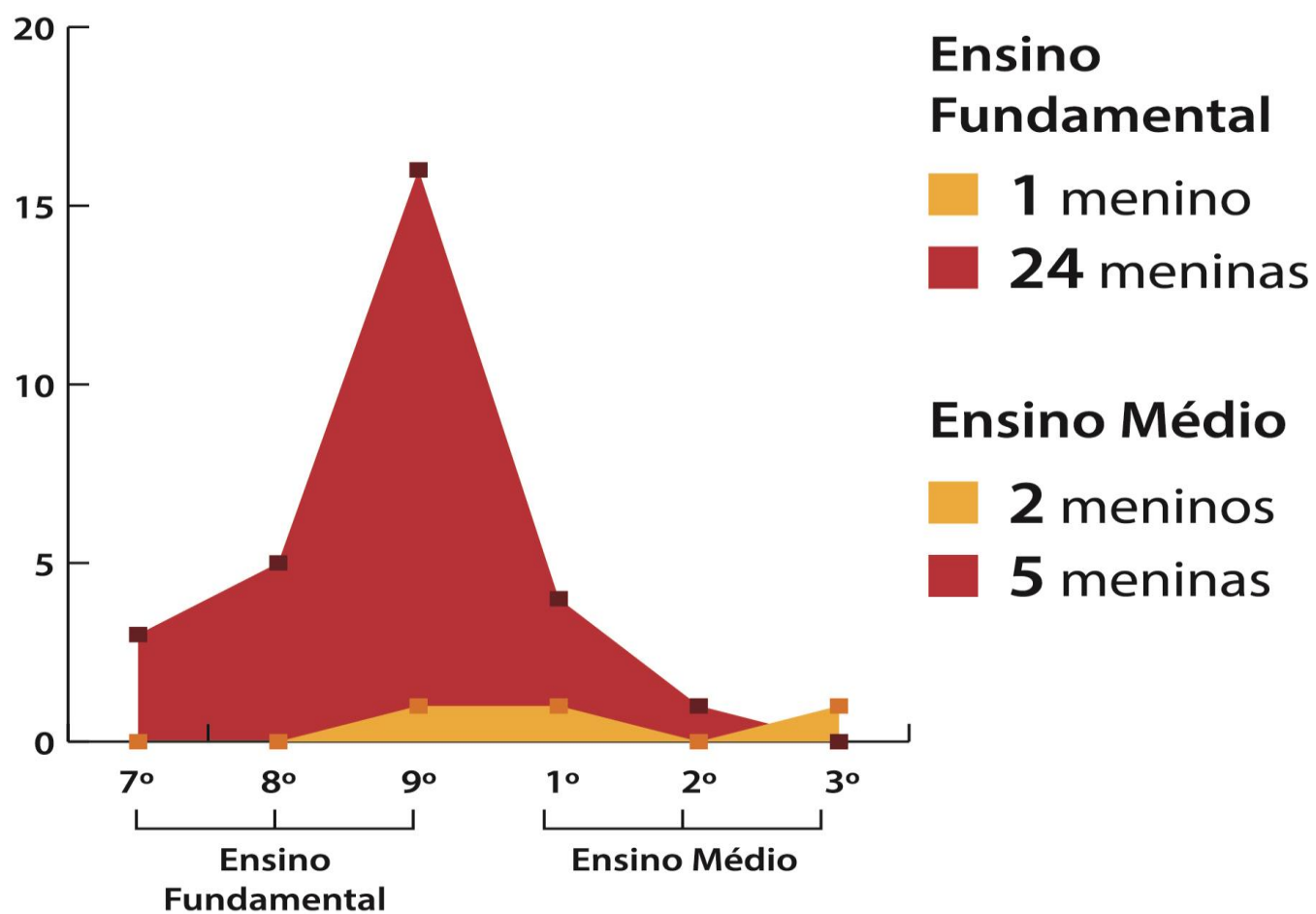
<sup>35</sup> Ver Figura 9: Tom de amarelo: chão de terra iluminado pelo Sol – Foto: Gilmara Souza (p.38)



**32** entrevistados  
**12 a 17** anos

**10%** meninos  
**90%** meninas

**Gráfico 1: Jovens presentes na entrevista coletiva\_Divisão por sexo**



**Gráfico 2: Jovens presentes na entrevista coletiva\_Divisão idade por série**

Tivemos duas exibições do relato em vídeo da liderança Marcelo Martins. A entrevista se desenrolou de uma forma tranquila. O cuidado aqui era outro: fazer uma boa pergunta, ter aquela sacada sendo respeitosa com as palavras, mas sem perder tempo com divagações. O caminho ainda é longo, mas já estou dando meus passos!

No início desse capítulo citei o episódio onde a professora foi conferir se o rapaz “estava respondendo tudo direitinho” na entrevista que tentava fazer. Acreditei que fazer a entrevista coletiva fora da escola, poderia marcar meu desejo de distanciamento dela e de suas atrizes. No entanto, as coisas não funcionam do meu jeito e pensando melhor, talvez fizesse o mesmo que elas. Isso é, durante a entrevista, não foi só a Terezinha que aproveitou sua passagem pelo galpão para observar o que se passava com os seus. A diretora da escola foi lá dizer que aquelas/es jovens são lindas/os e “procurar a Terezinha”. Marcelo Martins também passou para ver o movimento. Revendo os dados pude ultrapassar a minha primeira interpretação, que era de estar acontecendo uma vigilância, uma indiscrição. Consegui perceber que é uma questão de cuidado dos mais velhos com os mais novos em todos os sentidos e momentos.

Ao final, a configuração daquele espaço tinha o acervo arqueológico da comunidade ao fundo da sala, em cima de um pequeno palco. Mais a frente uma grande roda<sup>36</sup>, com o gravador ao centro *reverberando*. Vibrando perguntas que aprendi a fazer e respostas que não esperava receber, um novo caminho se revelava para mim. Ter consciência disso só me foi possível agora, porque pouco do que foi previsto ocorreu. E por esses outros/novos acontecimentos é que refiz minha experiência como pesquisadora-pedagoga.

Nessa pesquisa foram as reorganizações do cronograma, da entrevista e do espaço em que ela aconteceu; as novidades que compartilhamos; as entrelinhas dos silêncios e das unanimidades; as minhas longas falas/explicações ou reelaborações instantâneas preocupadas em traduzir uma linguagem urbana e acadêmica para uma conversa com adolescentes e jovens de um quilombo do campo.

Pensar acontecimento é ir contra o conceito primeiro de identidade, ou seja, “aquilo que designa o fixo através do bom senso e do senso comum, ambos se formam através da *lógica do dado, conhecido e existente*” (FIGUEIREDO, 2011, p. 77 in ANJOS, 2013, p.60)

Nesse sentido, longe de definir quem é a juventude quilombola, experimento observá-la estando atenta à superficialidade que o momento da entrevista me proporciona. Sem, com

---

<sup>36</sup> Ver Figura 10: Roda de entrevista reverberando... - Foto Tatiane Campos (p. 39)



isso, procurar essências de identidades jovem, negra e quilombola. (ANJOS, 2013, p.60). Esse trabalho tem como pressuposto as tensões e os conflitos existentes no processo de construção da identidade quilombola, entendendo que o autorreconhecimento se faz por (re)construções simbólicas e, o reconhecimento social e político por ações de enfrentamento à negligência institucionalizada pelo poder público, especificamente, pelo sistema educacional. Nas palavras de QUEIROZ (2012),

O tornar-se quilombo é um processo pelo qual comunidades negras buscam a requalificação de seus territórios e de suas identidades por meio da descoberta de um novo significado para o ser quilombola e para a negritude. O aquilombar-se é a possibilidade de se refazer. (p.90)

### 3. Categorias analisadas a partir da entrevista coletiva no quilombo

As categorias analisadas nesse capítulo demonstram meus esforços em evidenciar as riquezas de dados que reluziram durante a entrevista.

#### 3.1 Transcrição

Disse anteriormente, que fui bolsista de iniciação científica em quatro grupos de pesquisa na Faculdade de Educação – UFMG. Nessa função, aprendi um trabalhoso e interessante ofício: transcrever entrevistas. O serviço é simples, escrever tudo o que é audível na entrevista. Identificando, inclusive, os ruídos, os suspiros, as pausas... tudo! Antes de pesquisar o Vale do Jequitinhonha transcrevi aulas de professores eméritos, entrevistas individuais realizadas em lugares barulhentos, e trechos específicos de um grupo focal. Em todas essas situações as vozes que ouvi tinham sotaque e prosódia próximos ao meu. Embora eu não estivesse presente na entrevista, conseguia compreender com mais rapidez o que era dito. Nesse sentido se o conteúdo da conversa ou da entrevista, não me despertasse interesse, rapidamente ela se tornaria entediante.

Quando participei da pesquisa “Educação Escolar Quilombola: entre ausências e emergências” nossa principal fonte de dados foram as entrevistas feitas e transcritas por mim e minha companheira de aventuras, Tatiane Campos. Transcrevemos juntas mais de quinhentas páginas, aproximadamente 30 horas de entrevistas. No entanto, a novidade da prosódia e do sotaque nos deram outros sabores ao trabalharmos esses áudios.

A novidade do ritmo de fala e das novas palavras, por exemplo, sempre deram um brilho durante as desgastantes horas dedicadas à esse trabalho. Observar o que e como é dito certas coisas, também suavizaram os momentos. Quantas vezes me emocionei transcrevendo as entrevistas feitas nas comunidades de Berilo! São passagens divertidas, muitas transbordam sabedoria, outras são *socos no estômago*, e assim vai. Embora minha maior dificuldade tenha sido entender com fluência o “mineirês” de Berilo, hoje ele me é mais audível por conta da minha inserção no campo, pelas inúmeras conversas que fizemos por telefone ou pessoalmente. Ao fazer a transcrição percebi o quanto me aproximei da comunidade.

Ouvir outras vozes e novas expressões, também deram um gosto muito bom ao transcrever essa entrevista. A oralidade em comunidades tradicionais é marca constitutiva de seus membros.

A oralidade revela toda a extensão dos seus registros e modalidades de expressão, [...] a necessidade de uma apreensão contextualizada *apoiada* na análise tanto do conteúdo como do formato e da estrutura do texto oral, [faz-se necessária para melhor compreensão na pesquisa interpretativa] (RIBARD, 2010, p. 5-6).

Não me debruçarei em uma análise linguística minuciosa sobre a prosódia característica de Santo Isidoro, mas quero ressaltar a riqueza de sua oralidade. Sobre esta, não posso afirmar que essas/es jovens atribuam o mesmo valor que eu, mas é interessante ver a consciência que têm sobre as suas singularidades. Para dar dimensão dessa grandeza farei a opção de não retirar as marcas de oralidade das falas das/os jovens, nesse momento do texto. Sei que é uma escolha arriscada, uma vez que isso possa colocar a fala delas/es em um lugar de poder inferior. Entretanto, convido você leitora/leitor a experimentar ler esses capítulo “com os olhos limpos” de estereótipos e juízos de valor.

Um exemplo muito interessante ocorreu durante nossa conversa sobre a banda, no momento em que falavam sobre os motivos de participarem/trabalharem na banda. Um Carlos disse que “*é só pra complementá o tempo,*”(Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013) e Luciana que falava muito rápido disse que “*é...[...] pra não ficá limpano calçada c’a bunda!*” (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva jul.2013). Eu não entendi nada do que ela disse e pedi que repetisse. Nesse momento, ela “traduziu” o que foi dito falando pausadamente e trazendo um elemento da norma padrão, o plural: “*pra não limpar as calçadas com a bunda sentado*”. (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva jul.2013) Essa expressão significa “não ficar à toa” e diz muito do valor do trabalho na comunidade. Pelo que pude observar quem não tem alguma ocupação é desvalorizado na vila.

Minha sensação nesse momento foi parecida de quando estava em Lima (Peru), pedindo às pessoas de lá, que falassem devagar. Estrangeira e sem fluência no espanhol, esse recurso foi importante para que eu conseguisse me comunicar. A tradução não é uma transformação da linguagem de modo a perder a identidade. A fala de Luciana era direcionada à pesquisadora tentando utilizar o conteúdo mais audível. Nesse sentido, ela não faz uma tradução de fato, pois ela não transforma a expressão. Ela a mantém introduzindo a regra do plural em algumas palavras.

### 3.2 Acontecimentos

No início da entrevista, quando ainda contávamos com apenas 7 jovens na sala, após as apresentações, fiz uma introdução sobre o vídeo de Marcelo Martins. Ao perguntar se alguém já tinha ouvido falar do curso que o vídeo faz referência (para montar um roteiro turístico na comunidade), Mariana diz que sim e até participou dele. Questionei como foi e ela me respondeu que os encontros aconteciam a noite, na escola e que faziam perguntas sobre os pontos turísticos e as “*coisas histórica*” (Mariana, 15 anos, entrevista coletiva, jul.2013). Fiquei feliz em saber que alguém ali conhecia o curso e que poderíamos conversar sobre iniciativas como essa no quilombo, entre outras coisas.

No entanto, acreditei que pudesse voltar nessa questão após a exibição do vídeo. Que engano! Passei o vídeo e fui atropelada pelos novos acontecimentos da entrevista. Percebo, com isso, o quanto é difícil retomar uma consideração depois do instante que ela acontece. Embora o que ela tenha dito, não estivesse no meu *script*, a questão não foi de ignorar ou não reconhecer a importância do novo dado. Mas sim, dos limites que uma entrevista coletiva possui. Por esse formato não temos pleno domínio e traquejo para retomar falas ou “guardar” alguma pergunta para depois.

Estar atenta aos acontecimentos, tentando manter a condição de verificar o que virá a mente com a nova informação, no momento da ocorrência, sem pensar para frente ou para trás. É uma alternativa para apreender o que sai da normalidade. Essa constatação é um importante aprendizado enquanto pesquisadora, no entanto é dissimulado pela minha pulsão prescritiva e controladora de pedagoga. Contra isso, experimentei construir minha experiência como pedagoga/educadora relativizando minhas intervenções sobre os detalhes, abrindo mão do controle da turma, quando nos raros momentos elas/es falavam juntas/os. Foi muito interessante e não me causou qualquer ansiedade.

Nesse sentido, recordo de uma jovem, Jenifer, que atravessava muitas as falas e comentava outras mais e quase sempre entrava em conflito com suas/seus colegas. A participação dela foi ótima, para mim, pois por ela os “segredos” e os “não ditos” apareciam, e muitas/os se sentiam dignadas/os a comentar, “contornar” e “explicar”. Tive receio de deixar evidente que estava gostando das tensões provocadas pela moça. Então, para manter meu ar de “neutralidade” e tomando cuidado para moça não se sentir pressionada a falar, fiz sutis provocações. Nos momentos de silêncio, ou de cochichos dela com suas amigas, eu a convidava a falar com o olhar, direcionando a voz na direção dela. Tomei essa atitude porque

em uma entrevista coletiva, é muito complicado focar recorrentemente as atenções para esta ou aquela pessoa. Pode ficar desinteressante para uns, desconfortável para outros.

### 3.3 Liderança e Participação

*“Então... o Marcelo... a gente reconhece nele um líder da comunidade, é isso mesmo? Marcelo aqui é o quê? Um trabalhador?” (Gilmara, entrevista coletiva, jul.2013)*

Depois da segunda exibição do vídeo, lancei essa questão para saber quem elas/es reconhecem como lideranças na comunidade. Nessa questão eles pouco falaram, mas um conflito veio à tona. Jenifer, a moça que descrevi a pouco, disse não reconhecê-lo como liderança. Segundo ela se eu tivesse falado o nome da Terezinha ela concordaria, mas *“Marcelo?!... não!”* Perguntei sobre o que Terezinha lidera e ela disse que a *“via mais envolvida nas coisa da comunidade”*(Jenifer, 16 anos, entrevista coletiva, jul. 2013), diferente do Marcelo.

Incomodados com o que Jenifer falara, algumas pessoas cochichavam durante o momento que conversamos. Até que Carlos toma a palavra e diz que para ele, Marcelo era um morador que também contribuía para comunidade, dando uma alfinetada, ao final: *“mas as vezes tem coisas q’eu não sei qu’ele fez...”* (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul. 2013).

Não sei precisar o que ele quis dizer com aquilo, mas quero pontuar esse dado novo. Embora nosso maior canal de comunicação fosse a Profa. Leninha, desde que conhecemos o quilombo identificamos como referência a pessoa de Marcelo. Ele, por ter sido Agente Comunitário de Saúde transitava muito pela comunidade. Terezinha, por ser professora da escola e estar cotidianamente com as/os meninas/os. Os dois por serem irmãos e netos da mais representativa liderança da comunidade, o Mestre Adão, são por nós reconhecidos como lideranças.

No entanto, para aquelas/es jovens apenas Terezinha poderia ser vista assim e Mariana nos explica porque: *Vamo supô, chega alguém aqui... quem vê mais é Terezinha, porque mora na praça, né... aí ês chega na pessoa e pergunta, o quê qu’ele quê? Com qual função que’les tão pesquisano aquilo... aí ês leva lá pra iscola!* (Mariana, 15 anos, entrevista coletiva, jul.2013). Observamos assim, que a relação familiar desencadeada com Mestre Adão e com o local que ele escolheu para morar na comunidade – a questão territorial permite a constituição daquela família como liderança e como protagonista em todas as atividades da comunidade.

Essa descrição de atividades foi formulada quando perguntei sobre a Associação Quilombola. Elas/es tiveram muita dificuldade em relacionar essas funções que Terezinha desempenha, como um trabalho que poderia ser feito em uma Associação Quilombola. Tudo é muito centrado em Terezinha. A diretoria da banda de música, com seus compromissos e atividades, as aulas de Arte na escola e as relações públicas do quilombo.

Constato isso, quando pergunto sobre as reuniões da Associação. Um breve silêncio se instaura. Pergunto se existe ou se tem como montar alguma organização que escreva projetos para promover a comunidade. E escuto apenas um “*sim*”. Pensei que não quisessem dizer que não sabiam sobre a instituição, no entanto, o desconforto estava em reconhecer a inoperância da que já existe. Vejamos o que Carlos nos diz:

*“Eu acho[que é possível ter uma organização que monta projetos] mas é porque ainda num criô a associação ainda... eu acho que não tem associação... tem pessoas que querem!”(Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)*

Questiono sobre a distancia entre o desejo e a concretude de organização de algum grupo na comunidade, que auxilie na elaboração de projetos. A resposta de Luciana foi repetida por muitas pessoas que concordaram com ela: *“Iniciativa uá! Iniciativa da pessoa falou “vão formá? Ai forma!”Mas um fica esperano o outro...”(Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013)*

Nesse momento, até comentam sobre o “Grupo de Jovens”. Um grupo que se encontra quinzenalmente aos domingos a noite, para discutir vários temas [os quais não se lembravam no momento para citar]. Afirmaram que ele não está ligado à igreja católica, e por isso participa quem quiser. No entanto, mesmo sendo convidadas/os as/os jovens evangélicas/os não participam. Perguntei o que acham da possibilidade de solicitar à escola um momento para que essas questões políticas e de organização pudessem ser discutidas com todas/os outras/os jovens da comunidade, pois percebi que apenas aquelas/es que moram no ou próximo ao Centro da vila que participavam. Foram categóricos: *“Não! Na escola não!”* Isto é, cada coisa no seu lugar! Escola não é lugar disso.

### 3.4 Descrevendo Relações de Trabalho

Cheguei ao quilombo acreditando que a expectativa de saída das/os jovens para o trabalho precário fora do quilombo era um grande problema para elas/es. Pensava assim por ter como referência as conversas com as lideranças dessa e de outras comunidades que demonstravam seus receios e descontentamentos em relação à essa realidade de trabalho. Com isso em vista, queria verificar se a escola estaria ajudando-as/os a permanecer no quilombo ou a sair para uma função qualificada de trabalho.

Comecei perguntando como era o trabalho realizado pelos mais velhos. Tatiane até me ajuda, explicando *“o que que os pais, os avós contavam procês que era o trabalho?”*. E Luciana, responde: *“ahhh, eles ia trabalhá em lavouras, eles saia pra trabalhá em lavouras... otros saiam pra arrumá emprego lá fora... no caso, aqui num tinha muita oportunidade de emprego, né.. no caso eles tinha que arrumá um meio pra sobrevivê... muitos viajava, otros trabalhava na roça... era assim queles trabalhava.”* Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013)

Perguntei se ainda tem muita gente que sai e apenas duas meninas se manifestaram, uma que a mãe e outra que o pai sai. Os destinos dessas/es e de outras/os trabalhadoras/es são Bahia, São Paulo e Itamogi – MG. Questionei se em Berilo ou na região tinha possibilidade de conseguir trabalhos, Luciana nos disse que pela escassez de oportunidades, não se tem condições de trabalhar na região. Completando a resposta Carlos relata: *“É... Até aparece em Berilo, mas o que você paga no transporte, já é o salario que você recebe no mês... Você vai pagá pra trabalhá? [...] Eles não pagam o transporte! S’ele num quisé i di a pé todos dias, tem que pagá condução... e quando vai vê o dinheiro da condução já é [Luciana diz: o salário!] adianta nem cê i trabalhá não, pra quê?!... Mas tem pessoas que trabalha... Pessoas que consegue conciliá isso né... a parti de acordos né... (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)*

Pelo ao menos, com aquela amostra de entrevistadas/os comecei a ter pistas de que estava enganada em relação as minhas hipóteses. Nem todos os pais e mães saem para o trabalho fora do quilombo e nenhum dos presentes já havia saído com os pais ou sozinho para o trabalho fora do quilombo. Carlos então explica que *“antigamente... antigamente... saia muito filho com pai, né... porque ninguém prestava atenção na idade... pai não tinha obrigação de pô pá estudá... ou o minino mesmo... num quira istudá já ia trabaiá cedo, muitas das vez... antigamente saia mais, agora sai bem menos.”* (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)

Descobrir que o controle social exercido por políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, tem contribuído para a extinção do trabalho infantil foi ótimo!

Embora se compreenda que o trabalho infantil seja perigoso, não se destitui do imaginário dali que no trabalho eles terão acesso a uma coisa que lá eles não teriam: o dinheiro. Que por sua vez, possibilita o consumo. Pelo ao menos é o que podemos observar no comentário de Carlos ao me responder se é ou não por uma questão de investimento na educação que os pais não os levam consigo para o trabalho, vejamos: *“Ês até incentiva... mas, no entanto... dexa de sai mesmo por conta desse negócio da idade mesmo que num pode tá saino, num pode tá dexano a escola pra i, pra trabaiá... mas tem sempre uns que tem o desejo de tá ino, pro café, pra cana, ganha um dinherin comprá isso e aquilo... tem o dinherin, mas não pode!”* (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)

Ainda sobre os tipos de trabalho que estão disponíveis para essas/es meninas/os, falta dizer daqueles oferecidos dentro do quilombo. Quando perguntei se existia essa possibilidade, muitos risos e comentários explodiram ao mesmo tempo. Parecia que eu estava perguntando a coisa mais idiota do mundo, eu pensei. Jenifer foi logo debochando *“só se fô varreno casa, de empregada! Não tem serviço!”* (Jenifer, 16 anos, entrevista coletiva, jul.2013). Luciana nos explica a situação: *“não tem condições de trabalhá... para algumas meninas aqui, não tô falano só di mim, algumas meninas aqui, de vez em quando, que trabalha mesmo é só em casa, ou limpano casa pra algumas pessoas e tal. Aí recebe por mês. POCO tamém, não é muito! Só desse jeito tamém. Não tem otro jeito pra trabalhá”* (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013).

E Jenifer finaliza a descrição sobre o trabalho doméstico: *“a gente trabaiá aqui na casa dos’oto é porqui eles não valoriza o que a gente faz pra ês, e paga pouco tamém. Cê trabaiá um dia, ganha cinco reais, três reais!”* (Jenifer, 16 anos, entrevista coletiva, jul.2013). A partir desses relatos observamos que as condições de um trabalho doméstico, em qualquer lugar, são precárias e historicamente carregadas de preconceitos de gênero e raça. E muitas vezes, com o discurso de “estar apenas ajudando, enquanto não se encontra nada melhor para se fazer”, essas jovens vão tendo contato com o tipo de trabalho descrito por BASTOS:

As arbitrariedades em que estão sujeitas as trabalhadoras domésticas dizem respeito à precariedade das condições de trabalho, ao grande número de horas em serviço, à baixa remuneração, a informalidade a que estão sujeitas e estão ligadas a uma condição indefinida da trabalhadora doméstica que vive entre relações dissimuladas com a empregadora que ora é a “madrinha” e ora é a patroa. (BASTOS, 2010, p. 06)

Indaguei sobre as possibilidades de trabalho para os meninos do quilombo, já que apenas as meninas se manifestaram quanto ao trabalho doméstico. E Carlos explicou que o trabalho *“para o grupo masculino”* surge apenas quando chove para capinar e cuidar das roças. Tendo apenas essas opções de trabalho, fiz outra provocação: *“E vocês acham que poderia tê o quê aqui*



*na comunidade, pra vocês não terem que sair e continuarem a trabalhar aqui?” (Gilmara, entrevista coletiva, jul.2013).*

Luciana de pronto respondeu, *“primeiramente, tinha que tê assim, num é qualqué emprego. Tinha que sê um emprego que a gente gosta de fazê, aquilo que a gente qué, entendeu?” (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul. 2013).* O que especificamente questionamos. Embora ela não tenha respondido, fica evidente que a tensão entre ficar no quilombo sem muitas condições de prosperar, colocam naquelas/es jovens a vontade de sair do quilombo. Mesmo contra a sua vontade, como veremos no próximo tópico.

Quando comentam sobre a logística de sair do quilombo, relatam as diferenças que percebem em relação à externalidade do quilombo. Dizem do tipo de relação construída no quilombo, que é cunhada na confiança e solidariedade e a dificuldade de se conseguir viver isso fora; do volume de gastos com moradia, alimentação, água e energia elétrica que é maior em outras cidades fora do quilombo; e do “aperto” dos apartamentos e moradias em geral, dentro da cidade – *“Não dá pra cria galinha!” (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul. 2013).* Independente da logística para sair do quilombo, das condições que cada uma/um tem ou não de executá-la para trabalhar ou estudar, o desejo que elas/es têm de voltar é evidente. Claro, tendo as condições elencadas por elas/es acima.

Perguntei também, as/aos que atuavam na banda se consideravam que o faziam lá um trabalho. Carlos disse que sim, comentando que *“uma coisa que ocupa o tempo de uma pessoa, pode sê chamado de trabalho. É um trabalho! [sorriso] porque eu tenho hora pra fazê, “agora eu vô fazê isso, agora aquilo... E eu gosto! [...] É um compromisso divertido, no caso.” (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013).*

Finalizo esse tópico com outra provocação que não gerou muita discussão: *“cês acham que é por quê que a gente tem que trabalhá?”* Luciana e Carlos, novamente são os únicos a responderem: *“Luciana: primeiramente pra sobrevivê, né... pra sobrevivê! (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013)*

*Carlos: e tamém é assim... se a pessoa não trabaia... ele é capaz até de indoidá de não tê nada pra fazê...” (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)*

### 3.5 Projetos de vida

Em uma sociedade complexa como a nossa, ser uma/um jovem negra/o, quilombola, da zona rural, certamente compreende inúmeros desafios. E construir positivamente cada uma dessas identidades representa um longo e fecundo processo de experimentações. Para BASTOS (2010)

a constituição das identidades de jovem, mulher, negra e quilombola entendendo-as como um sistema de relações e representações que se constitui pela forma que nos reconhecemos e pela forma com que somos reconhecidos pelos outros, [constitui-se] num jogo de forças que modifica a todo tempo suas fronteiras. (BASTOS, 2010, p.01)

Por essa configuração, finalizo esse texto tecendo considerações sobre o que percebi das/os jovens do quilombo de Santo Isidoro em relação à seus projetos de vida. Utilizo a categoria Projetos de Vida e não de Futuro, por não querer limitar a análise a um recorte temporal de “um tempo futuro, próximo ou distante”. Além de incorrer em uma redundância, pois ninguém projeta o passado, mas sempre o futuro (ALVES, 2013, p. 137). Valho dos escritos de Maria Zenaide ALVES (2013) em seu estudo sobre a condição juvenil e projetos de vida de jovens da zona rural de um município mineiro, para identificar o que as/os jovens apontam como perspectivas de futuro para si e para a vila. O referencial teórico partem das elaborações de Jean Pierre Boutinet, que define projetos de vida com um conceito de regulação cultural, ações de antecipação justificadas em experiências anteriores (ALVES, 2013, p.140). Nas palavras do autor:

Um grande número das realizações que concretizam a experiência humana são anteriormente interiorizadas, refletidas, antecipadas e orientadas pelo mecanismo do projeto. Este evitará que o indivíduo se deleite na compulsão da repetição, esforçando-se para criar o inédito, um inédito que mantenha um secreto parentesco com a experiência já realizada do indivíduo, com sua história pessoal. É esse parentesco, essa convivência não confessa – porque dificilmente observável – que dará significação ao projeto. (BOUTINET, 2002, p. 270 in ALVES, 2013, p.140).

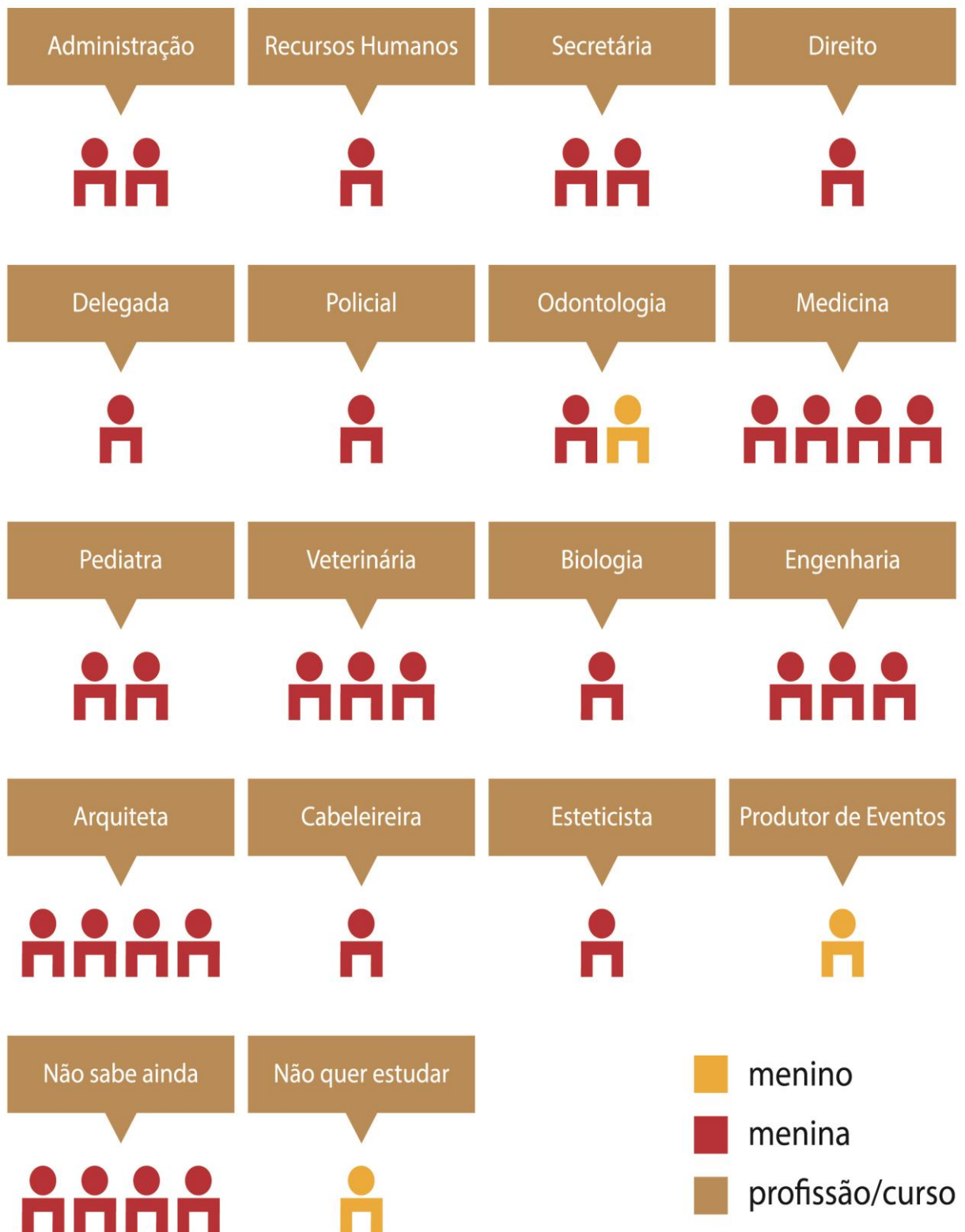
Como acessar os projetos de vida dessas/es jovens? Perguntar sobre seus sonhos é um caminho, mas foi o melhor? Tentei durante a entrevista coletiva provocá-las/os a dizer sobre suas expectativas para o quilombo, para suas vidas. Comecei perguntando se elas/es tinham vontade de continuar os estudos e Carlos é o primeiro a dizer que sim. Seguindo seu rastro vem Marina dizendo ter vontade de sair do quilombo apenas para estudar e não para trabalhar. Luciana, adiante afirma: *pra estudá eu tamém tenho!... a gente estuda primero, pra depois adiquiri as coisa que a gente qué.[...] mas eu quero estudá uma coisa queu gosto! Uma coisa queu gosto de fazê!* (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul2013).

Esperei que outras pessoas se manifestassem, escutei até um burburinho, mas ninguém pediu a palavra. Silêncio, outra vez. O que isso quer dizer? Em uma pesquisa realizada com jovens estudantes de ensino médio acerca de seus projetos de vida e as contribuições da escola para sua concretização, LEÃO, *et al* (2011) identifica na juventude um período de descobertas, questionamentos e inquietações sobre sua existência. Um momento inesgotável para se projetar no mundo.

Contudo, para sua elaboração, o jovem, principalmente aquele que frequenta o ensino médio, demanda espaços e tempos de reflexão sobre seus desejos, suas habilidades, mas também informações sobre o contexto social onde se insere, a realidade da universidade e do mundo do trabalho, entre outros, de maneira que possa ter elementos para construir um rumo para sua vida. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p.2-3)

Sobre esses rumos para a vida eu quis saber dos sonhos que elas/es tinham. Seguindo a ordem da roda que formávamos em sentido anti-horário, ouvimos as breves e sintéticas expectativas de formação profissional. Nelas diziam geralmente a(s) profissão(ões) que almejavam, reforçando assim, a centralidade da escola e do trabalho na constituição da condição juvenil das/os jovens de Santo Isidoro. (LEÃO, *et al*, 2011, p.9) No entanto, algumas extrapolavam e compartilhavam conosco outros desejos além das expectativas de estudos.

Foram 16 profissões/cursos de graduação citados pelas/os jovens durante a entrevista. A maioria disse apenas um curso, mas alguns deles ficaram em dúvida e disseram suas opções e todas as que foram citadas estão no gráfico a seguir. Nele estão dispostos quem e quantas pessoas citaram cada uma das profissões/cursos, vejamos:



**Gráfico3: Profissões/Cursos citados por jovens na entrevista coletiva**

Durante a elaboração<sup>37</sup> desse gráfico nos vimos diante de uma questão gráfica importante, que tem implicações sociais centrais. Observe que os balões de diálogo do gráfico são lisos com uma “seta” indicando quem está falando. Dentro da classificação gráfica, estes são *balões de fala*. Os *balões de pensamento/imaginação* são aqueles de contornos ondulados (como se fosse uma nuvem), cuja a seta são pequenas “bolhinhas”. Tendo essas representações me vi com uma interessante questão: escolher balões de fala ou de imaginação para representar a resposta que obtive em relação aos “sonhos” que as/os jovens me deram? Depois de muito pensar optei pelos balões de fala, para suscitar provocações: Por que se profissionalizar em algum curso daquele seria uma realidade tão distante para aquelas/es meninas/os? Por que tem que ser pré-concebido por elas/es e representado por mim como um sonho? Por que é tão difícil acreditar na concretização de todas essas projeções? Até quando isso persistirá?

Embora eu não quisesse que essa pergunta tivesse uma conotação “escolarizada”, pela forma que responderam pude perceber que essa dinâmica já acontecia na escola. Na verdade, eu já previa isso, por isso quis afastar a entrevista das dependências da escola. No entanto, não foi totalmente possível pois elas foram até o “tear” verificar “como estavam as coisas”. Podemos observar os efeitos dessa formatação no fato de apenas quatro pessoas extrapolarem a resposta “certa”. Duas delas me disseram, além de suas profissões pretendidas, do desejo de “ver a vila melhor!”, uma delas de ter “família e comprar um carro JETA” e outra de “abraçar o Luan Santana!”.

Apenas um dos jovens disse não ter intenção de continuar os estudos, pretendendo assim, apenas trabalhar. Até tentei saber mais sobre essa decisão, mas o rapaz foi se encolhendo e emudecendo. Para não deixa-lo mais constrangido preferi seguir com a entrevista. Talvez aquele desejo estivesse presente naqueles dias, talvez ele não acreditasse, como a escola gostaria, que ele tem “capacidade” de conseguir cursar uma faculdade. São muitos os questionamentos, tantos, que podemos pensar também na possibilidade descrita por LEÃO *et al* (2011) ao dizer que para ele:

o horizonte temporal ainda era mais curto: queriam o que já vivenciavam no presente, se resignando com esta realidade, sem vislumbrarem outras possibilidades para si mesmos ou se proporem a superar os desafios além daqueles que surgem no cotidiano.(LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p.11)

---

<sup>37</sup> Também em parceria com o designer gráfico Rafael Gregório.

Interroguei sobre a contribuição da escola na construção desses projetos. Todas se manifestaram dizendo que a escola ajuda muito. Questionei como isso se dava e algumas pessoas me responderam que as matérias faziam davam conta de ajudá-las a conquistar seus objetivos. E Carlos comentou da postura dos professores do quilombo. Segundo ele: *“aqui é até engraçado, porque aqui além dos professô... porque eles já tem a profissão deles de professô... eles faz umas coisa além que parece mais cê uma pessoa mais próxima da gente, que nem pai e mae, uma coisa mais familiá... então além dele tá dano aula, ele fica aconselhano, animano a gente! E... tem gente que já fala, que nas escolas pra fora, professô não liga pra vida do aluno...”* (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)

Apresentadas as profissões e cursos almejados, as considerações que eles têm sobre as contribuições da escola, e os desejos que manifestaram de sair e voltar para a vila, percebo como explica ALVES (2013), que os projetos de vida podem não ser tão evidentes, a primeira vista. No entanto, é imprescindível que a/o pesquisadora esteja atenta/o aos elementos que compõe um projeto: “organização, planejamento, preparativos, ou seja, *condutas de antecipação*” (p.140). Elas/es estabelecem possibilidades de estudos, formas de se manter fora do quilombo, quantificando o que é preciso para tanto, isso é, conseguem projetar a vida considerando sair e voltar para o quilombo.

Elas/es dizem de suas estratégias para viver, dão significado para o que para elas/es significa o “bem viver”, identificando que não é ter de pagar aluguel; não ter patroa (para as meninas que trabalham como domésticas); não ter o risco de passar fome; não deixar de ter liberdade, um conforto no espaço físico (terreiro para criar galinhas). Nesse sentido, sair e voltar não significa um problema, pois demonstram que não se perderão nesse caminho. De certa forma, isso pode ser um efeito da escola, já que ela reforça tanto o pertencimento delas/es. Vejamos a seguir alguns dos efeitos desse trabalho da escola.

Perguntei como elas/es se sentiam em relação às abordagens que ela faz sobre a questão racial. Queria saber o que tinham a dizer sobre o tratamento pedagógico do pertencimento étnico-racial negro e quilombola na escola. E a contra gosto da maioria das/os presentes, Jenifer se manifesta: *“mas tem hora queles obriga a fazê, né!”* (Jenifer, 16 anos, entrevista coletiva, jul.2013) Percebi que o clima tenso e as manifestações de reprovação pelo que a jovem disse e insisti na pergunta, mas Carlos novamente se adianta e diz: *“Não, obriga não!”* (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013)

Jenifer “reformula” o que acabou de dizer: “*assim, num é questão de... Ih gente! [sorriso “amarelo”] Num é questão de obrigá! É questão que num é toda hora, todo dia que a gente tá afim de fazê aquela paródia não. [...] num é todo mundo que consegue fazê tamém*” (Jenifer, 16 anos, entrevista coletiva, jul.2013). E Luciana encerra a questão dizendo: “*Capacidade todo munto tem, depende da vontade da pessoa. Mas até esqueci da pergunta que cê fez, qual é mesmo?*” (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013).

Por esse diálogo percebemos que há uma diferença de tom entre a relação com a escola e a discussão escolar sobre raça. Fazer um trabalho de valorização sobre a história e cultura local, e afrobrasileira em geral, além de importante é o que caracterizará essa escola como quilombola. Isso atende não só a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN, em seu Art. 26 alterado pela Lei 10639/03, como também o parecer CNE/CEB 16/2012 que institui as Diretrizes Curriculares para uma Educação Escolar Quilombola.

No entanto, o que essas/es jovens indicam são ajustes para retificações a serem feitas pela escola de Santo Isidoro. E isso podemos indicar também para outras escolas. Essa discussão é muito tensa por ter a ver com questões de reconhecimento, autoreconhecimento e a dificuldade da construção da identidade racial. Mas por estar dentro da escola, envolve a pedagogização dessas relações. Isso nem sempre está com o tom errado, mas talvez esteja presa a uma insistência na cultura, enquanto elas/es não estejam pendendo para isso. Assim, essa situação se mantém como um dilema. Um desafio para as escolas que a voz das/os meninas/os ajuda a responder.

Pela firmeza de Luciana em findar o assunto sobre a questão da abordagem pedagógica sobre a raça, tive de prosseguir com a entrevista. Perguntei o que pensaram quando ouviram a “história de serem quilombolas” pela primeira vez, em meados de 2006 (data em que a comunidade foi certificada como Remanescente Quilombola, pela Fundação Cultural Palmares). Uma moça disse que elas/es “aceitaram de boa!”. Luciana ratifica dizendo: “*a gente tem que aceitá o que a gente é, né! Aceitá o que a gente é... se eu sô quilombolas, eu **aceito** de boa, eu não recrimino*” (Luciana, 14 anos, entrevista coletiva, jul.2013). Outras pessoas se manifestaram dizendo que é importante conhecer a própria história. Carlos até diz “*saber do currículo da gente... o queu herdei! Eu acho interessante!*” (Carlos, 17 anos, entrevista coletiva, jul.2013).



Embora a avaliação dessas/es jovens seja positiva, uma palavra recorrente no discurso das professoras é a **aceitação**, como pudemos observar Luciana também reproduz isso. *Aceitar sem recriminar* sua condição de ser negra e quilombola, não é o mesmo que assumir uma identidade político-afirmativa perante a vida. Meu incomodo está em vê-las/os “aceitando” suas condições humanas, como pesados e dolorosos fardos de uma vida já predestinada e cheia de sofrimento. Isso, de certa forma traduz o ranço racista em todos os campos – político, religioso, escolar, da história desse quilombo.

#### 4. Minha percepção da realidade quilombola: alguns aprendizados

Considero que ao passo que fui me aproximando do contexto socioeconômico, cultural e educacional quilombola fui percebendo que este não é um contexto tão fácil de fazer pesquisa: pela dificuldade e as longas distancias percorridas para chegar; pelos problemas para marcar visitas ou receber retornos de demandas devido as falhas no sinal de internet e telefone; pelos momentos que fiquei indignada ao perceber como aquelas pessoas respondiam às diversas dificuldades presentes no cotidiano. Um exemplo interessante é descrição da nossa viagem para realizar última coleta de dados. Transponho o referido trecho do meu caderno de campo a seguir:

*Pois bem, saímos num ônibus de Belo Horizonte para Araçuaí na noite do dia 03 de julho. Chegamos às 6h05 da manhã do dia 04 de julho em um distrito de Berilo chamado Lelivéldia. Esse caminho era diferente do primeiro que fizemos por Minas Novas. No entanto, sabíamos que ao descer nesse lugarejo era só seguir viagem até Berilo com um ônibus que partia de lá às 6h da manhã. Resultado, não só a gente, mas as outras pessoas que desceram conosco perderam o bendito ônibus que sempre sai pela manhã e só retorna no fim do dia. Ficamos indignadas: por que o ônibus não poderia esperar o outro carro que vem de Belo Horizonte, por mais míseros 10 minutos? Pior que isso, se não tivéssemos dinheiro para pagar um taxi ficaríamos até o outro dia esperando um ônibus? Além disso, lá não tem sinal de celular!*

*Pegamos um taxi, chegamos em Berilo, esperamos o ônibus para ir para o quilombo. Esse transporte sai de Berilo às 6h e 12h. É um carro antigo, com os bancos duros e tudo bem empoeirado. Depois de 40 min de viagem, chegamos à praça do quilombo. Ao descer uma surpresa, fomos interpeladas pela cobradora do ônibus. Rapidamente a diretora da escola que estava a nossa espera, conversou com a moça que se despediu da gente dizendo ao motorista que éramos professoras. Por isso, deduzimos que esse era o motivo de não pagarmos os absurdos R\$2,00 de passagem. Reclamo do valor porque aquelas pessoas são muito pobres, não recebem mais do que um salário mínimo. Outra coisa, as professoras concursadas não pagam, mas as senhoras que são faxineiras, os jovens que querem se divertir, os senhores que são aposentados têm de pagar, por quê? (Caderno de campo, Gilmara, 04 de julho de 2013).*

Durante a condução da entrevista eu fiquei um pouco nervosa. Por ser a primeira vez que conduzi uma proposta de pesquisa desse porte, ter de decidir rapidamente sobre grande parte das coisas avaliando todas as implicações foi desafiador. Depois de tantas emoções em relação ao movimento de reverberação da entrevista tive que me concentrar para não me perder entre os meus pensamentos. A preocupação em deixar inteligível o que eu penso e digo

já me pegou algumas peças por essa vida acadêmica em apresentações e debates que participei.

Sobre a experiência de transcrever entrevistas, enviar relatórios, estudar e fazer trabalhos para as disciplinas, em uma mesma época é uma constante na vida de bolsistas de iniciação científica. Embora não seja o ideal, alguma coisa tem de ser sacrificada: sua noite de sono! Foram muitas, e outras tantas virão, certamente! Por esse motivo, a experiência em transcrever entrevistas é mais traumática do que outras atividades metodológicas.

Eu sabia que se optasse por uma entrevista nessa pesquisa, quem teria de transcrevê-la, seria eu. Mesmo assim, por todos os motivos anteriormente citados, eu fiz a entrevista e a transcrição. Não deixou de ser desconfortável ficar lá sentada, mais de um mês, escutando segundo por segundo, revisando os minutos... Também não deixou de ser interessante, como foi com as outras vezes. Escutar minha voz, minhas reelaborações instantâneas, lembrar a emoção dos acontecimentos foi diferente e um pouco desconcertante. Fiquei preocupada com o retorno que receberia da orientadora em relação à minha postura, minhas intervenções, etc. Depois que conversamos sobre os deslocamentos que fiz, me alegrei pelos novos aprendizados.

Dá para pensar projetos de vida com essas/es jovens? E com a escola? Para pensar projetos de vida é necessário um conjunto de condições e situações que no quilombo não existem. Isto é, ali não tem perspectivas de desenvolvimento. Elas/es têm o desejo, mas não conseguem localizar muito bem onde podem melhorar ou atuar na comunidade.. Não conseguem estabelecer relações entre aquelas profissões socialmente de prestígio/valorizadas e aquelas necessárias para o quilombo. Talvez elas não estejam ligadas ao quilombo. Não estejam ligadas a nada. É apenas uma resposta à uma pergunta: mecânica e escolarizada. Tanto que Luciana brinca com Carlos, quando ele diz que seu sonho é “*sentar numa cadeira da universidade*”, ela arremata dizendo “*sentá é fácil, quero ver estudá!*”. Além disso, foram poucas as pessoas conseguiram extrapolar a resposta padrão da pergunta.

Embora eu não quisesse ficar presa à escola, o discurso delas/es sofreu interferência pelo fato de nós estarmos ali mediadas pela escola. E ela, como muitas pessoas, percebem as/os jovens como aquelas/es que ainda virarão alguma coisa. Por isso, a insistência na preparação para o futuro, seja verificando se estão respondendo corretamente as perguntas, ou se estão recebendo os conselhos das professoras. Talvez se eu pesquisasse essas/es jovens sem a

mediação da escola estaria aqui com outros dados, faria outras análises, teria outros deslocamentos. Nesse sentido, outro discurso das/os jovens sobre elas/es mesmas/os.

Minha pretensão não foi captar a/o jovem, definindo sua identidade racial e quilombola. É impossível fazer isso. O que fiz foi ouvi-las/os sobre e o quanto queriam falar de si e da comunidade. Tentei ser o mais cuidadosa possível na hora de perguntar e de ouvir. Durante o texto, me esforcei para não ser tão muito prescritiva em relação às análises que fiz sobre as/os jovens e a escola. Sair do espaço escolar traduz muito esse movimento de busca e construção de uma experiência, enquanto pedagoga, mais coerente com a educação que precede e transcende a escola. Para pensar a Pedagogia de outra forma, a pedagoga que se forma aqui se entende menos prescritiva e recebe contribuições da pesquisadora que aprendi ser, para me constituir mais reflexiva.

## 5. Referências Bibliográficas

ALVES, M. Z. Ser alguém na vida. Condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZAJDET, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANJOS, Juliana Prochnow dos. Acontecimentos nas brincadeiras de rua: encontros, movimentos, experimentações. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Quilombolas. **Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

BASTOS, P. C. Jovem Mulher Negra Quilombola: Identidades e Trajetórias. Trabalho apresentado – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. LDB. 1996 <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

\_\_\_\_\_. LEI 10.396/03 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010** que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), Secretaria de Educação Básica (MEC/SEB) e Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) **PARECER CNE/CEB Nº: 16/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**.

\_\_\_\_\_. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DAYRELL, Tarcísio Juarez.; GOMES, Nilma Lino. **A Juventude no Brasil**: [S.L.:s.n.], 2005.

\_\_\_\_\_. A construção de identidades juvenis. Anotações da exposição realizada na sessão especial “Processos de construção das identidades juvenis na contemporaneidade” da 25ª ANPED, 2002.

\_\_\_\_\_. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003.

GONZAGA, Y. M. **Trabalhadores/as Técnico-administrativos Negros/as na UFMG: a invisibilidade produzida**. XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais:

Diversidades e (Des)Igualdades - UFBA. 2011, p.05. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308396959\\_ARQUIVO\\_CONL-AB2011-b.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308396959_ARQUIVO_CONL-AB2011-b.pdf)

HASBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) - **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca-4-ed.pdf>

LEÃO G.; DAYRELL J. T.; REIS J. Juventude, projetos de vida e ensino médio. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out.-dez. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MELO L. C. M.; SOUZA G.S.; DAYRELL.J. T. **Escola e juventude: uma relação possível?** Revista PAIDEIA, ANO IX, No 12, 2012

MIRANDA. Shirley, Aparecida de. **Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências**. Revista Brasileira de Educação. Rev. Bras. Educ. vol.17 no.50 Rio de Janeiro maio/ago. 2012

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscoites: jovens, trabalho e futuro**. Porto: AMBAR, 2001.

PARÉ, Marilene L.; OLIVEIRA, Luana P.; VELLOSO, Alessandra D'Aqui. **A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO)**. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007.

SANTOS, Elis Souza. **“Jovem, Negro e Rural, estas três coisas!” Um olhar sobre a experiência de educação popular do MOJAC (Movimento de Jovens de Antônio Cardoso)**. Monografia. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009.

SEPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de Ações Realizadas**. Brasília. Jul./2012.

SILVÉRIO, V. R. **Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial**. in *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador)*. – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005, p. 143.

REGO, Eduardo F. M. e FILHO, Heleno R. C. **A ESTRATÉGIA DA CARTEIRA DE SAÚDE DO TRABALHADOR DA CANA-DE-AÇÚCAR**. Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho. Estudos do Trabalho. Ano V – Número 9 – 2011.

RIBARD, F. **NARRATIVAS ORAIS E ETNICIDADE AFRO-BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA**. X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política - UFPE. Recife, 2010.

SPOSITO , Marilia Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel.; BRANCO, Pedro Paulo Martani. Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. M.; CARVALHO, Maria C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade* - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

PRICE, Richard. **Maroon Societies: Rebel slave community in the Americas.** 1973

SANTOS, T. C. ; SOUZA, G. S. . **Identidade Quilombola e Educação e entre o auto-reconhecimento e reconhecimento.** In: XX Jornadas de Jovens Pesquisadores da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, 2012, Curitiba. Cidadania e o Desenvolvimento Social, 2012.